



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 080

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE AGOSTO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 080

68ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios 03

Memorando 07

Requerimentos 07

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente::

Dep. Geraldo Cartário 20

Dep. Barbosa Neto 27

Dep. José Domingos Scarpellini 27

Dep. Plauto Miró Guimarães 28

Grande Expediente:

Dep. André Vargas 29

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 30

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto 32

Liderança do PFL

Dep. Plauto Miró Guimarães 33

Liderança do PMDB

Dep. Dobrandino da Silva 35

Liderança do Governo

Dep. Elza Correia 36

Liderança da Oposição

Dep. Plauto Miró Guimarães 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 36

Discussão / Votação:

3ª Discussão 37

1ª Discussão 37

Discussão Única (Proposições) .. 39

Requerimentos 41

Encerramento da Sessão 41

Publicações Administrativas 41

DIÁRIO Nº 080

68ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (42). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Carlos Simões, Elton Carlos Welter, Marcos

Isfer, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e quero dar as boas vindas aos Srs. Parlamentares, desejando que a Assembléia Legislativa, nesse segundo semestre, atenda às reivindicações do povo paranaense. E desejando ainda àqueles que tenham o sucesso nas próximas eleições e estejam aqui na próxima legislatura.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Geraldo Cartário**)

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 052/06

Curitiba, 30 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Paranaense dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital, com área de 1.291,00m2, contendo uma casa de alvenaria com 03 (três) pavimentos, na Rua Presidente Cavalcanti, nº 1.157, esquina com a rua João Manuel, objeto da matrícula nº 15.196, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

A medida contida no plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da sociedade, eis que, tal imóvel já é utilizado pela União Paranaense de Estudantes, nas instalações de sua sede administrativa.

No anteprojeto de lei em causa consta dispositivo expresso no sentido de que o imóvel em causa reverterá ao patrimônio do Estado, caso tenha utilização diversa da prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Paranaense dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital, com área de 1.291,00m2, contendo uma casa de alvenaria com 03 (três) pavimentos, na Rua Presidente Cavalcanti, nº 1.157, esquina com a rua João Manuel, objeto da matrícula nº 15.196, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º O imóvel que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pela cessionária, para, exclusivamente, instalar sua sede administrativa, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 2006, permitida prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem transferido a terceiros, sob pena de o termo de cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a União Paranaense dos Estudantes responsável pela guarda e proteção do bem, inclusive pela sua conservação, respeitada a condição de imóvel de valor histórico, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termos, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 158, 159, 161, 166 a 169, 171, 172, 176, 177, 182 a 207, 213, 214, 217 e 218/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Leis nºs:

272/06: Do Poder Executivo que, cria e transforma os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, o qual foi convertido em Lei nº 15.168. **Anote-se - Arquivo-se.**

268/06: Do Poder Executivo que, dispõe sobre o vencimento básico da Carreira de Delegado de Polícia, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 15.169. **Anote-se - Arquivo-se.**

270/06: Do Poder Executivo que, dispõe que a Carreira do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, passa a denominar-se Carreira Técnica de Extensão Rural, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 15.171. **Anote-se - Arquivo-se.**

261/06: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Piraquara, o qual foi convertido em Lei nº 15.173. **Anote-se - Arquivo-se.**

167/06: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Mandaguari, o qual foi convertido em Lei nº 15.174. **Anote-se - Arquivo-se.**

732/05: Do Poder Executivo que, denomina de José Neves Formigheri, o trecho da Rodovia BR-467 entre as localidades de Cascavel e Toledo, o qual foi convertido em Lei nº 15.175. **Anote-se - Arquivo-se.**

586/05: De autoria da Deputado Luiz Carlos Martins que, denomina a Rodovia PR-512 de Rodovia da Maçã, o qual foi convertido em Lei nº 15.176. **Anote-se - Arquivo-se.**

271/06: Do Poder Executivo que, dispõe sobre alteração do Quadro de Pessoal do Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar, altera os vencimentos dos servidores do órgão e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 15.179. **Anote-se - Arquivo-se.**

230/06: Do Poder Executivo que, institui parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, denominada Piso Social Complementar, o qual foi convertido em Lei nº 15.180. **Anote-se - Arquivo-se.**

285/06: Do Poder Executivo que, dispõe sobre ajuste no Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 2.382.303,00, o qual foi convertido em Lei nº 15.177. **Anote-se - Arquivo-se.**

259/06: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 573.000,00, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 15.178. **Anote-se - Arquivo-se.**

098/06: De autoria do Deputado Cesar Seleme que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao General de Divisão Túlio Cherem, o qual foi convertido em Lei nº 15.183. **Anote-se - Arquivo-se.**

793/05: De autoria do Deputado Reni Pereira que, autoriza o Poder Executivo a denominar o acesso estadual que liga a BR-396 ao município de Mamborê, como Prefeito Armando Alves de Souza, o qual foi convertido em Lei nº 15.184. **Anote-se - Arquivo-se.**

651/05: De autoria do Deputado Antonio Anibelli que, declara de Utilidade Pública o Projeto de Dança Arte Geral, com sede e foro no município de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 15.185. **Anote-se - Arquivo-se.**

140/06: De autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk que, declara de Utilidade Pública a Associação Maanaim de Assistência - AMA, com sede e foro no município de Ponta Grossa, o qual foi convertido em Lei nº 15.186. **Anote-se - Arquivo-se.**

071/06: De autoria do Deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública o Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, o qual foi convertido em Lei nº 15.187. **Anote-se - Arquivo-se.**

232/06: De autoria do Deputado Luiz Nishimori que, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural

Ikebana Ohara - Ryu de Londrina, com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 15.188. **Anote-se - Arquivo-se.**

153/06: De autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Caravagio, com sede e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 15.189. **Anote-se - Arquivo-se.**

434/05: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Caprinocultores do Paraná - Capricar, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 15.190. **Anote-se - Arquivo-se.**

251/06: De autoria do Deputado Luiz Accorsi que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no município de Planaltina do Paraná e foro na Comarca de Santa Isabel do Ivaí, o qual foi convertido em Lei nº 15.191. **Anote-se - Arquivo-se.**

301/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Paula Freitas e foro no município de União da Vitória, o qual foi convertido em Lei nº 15.192. **Anote-se - Arquivo-se.**

302/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Alto Paraíso, com sede no município de Alto Paraíso e foro no município de Icaraíma, o qual foi convertido em Lei nº 15.193. **Anote-se - Arquivo-se.**

305/06: De autoria do Deputado Jocelito Canto que, declara de Utilidade Pública o Instituto Bom Jesus, com sede e foro no município de Cianorte, o qual foi convertido em Lei nº 15.194. **Anote-se - Arquivo-se.**

303/06: De autoria do Deputado Dobrandino da Silva que, declara de Utilidade Pública a Casa de Apoio à Criança Pequenininhos de Cristo - CAOC, com sede e foro no município de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 15.195. **Anote-se - Arquivo-se.**

283/06: De autoria da Deputada Elza Correia que, declara de Utilidade Pública o Instituto para o Cuidado da Família, com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 15.196. **Anote-se - Arquivo-se.**

560/05: De autoria da Deputada Cida Borghetti que, declara de Utilidade Pública a Casa de Acolhida Divina Providência, com sede e foro no município de Astorga, o qual foi convertido em Lei nº 15.197. **Anote-se - Arquivo-se.**

206/06: De autoria do Deputado Luiz Accorsi que, declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos dos Idosos Viva a Vida na Terceira Idade, com sede e foro no município de Castro, o qual foi convertido em Lei nº 15.198. **Anote-se - Arquivo-se.**

260/06: Do Poder Executivo que, aprova crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de

R\$ 3.283.100,00, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 15.199 **Anote-se - Arquivo-se.**

197/06: De autoria do Deputado Nelson Garcia que, dá nova redação ao artigo 1º. da Lei nº 7.541/81, declarando de Utilidade Pública a Associação Regional de Assistência ao Menor - ARAM, com sede e foro no município de Umuarama, o qual foi convertido em Lei nº 15.201. **Anote-se - Arquivo-se.**

296/06: Do Poder Executivo que, institui o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 15.200. **Anote-se - Arquivo-se.**

093/06: De autoria do Deputado Antonio Anibelli que, denomina de Vereador Miguel Ribeiro Picheth a Rodovia PR-364, ligando o município de São Mateus do Sul à comunidade Água Quente, no município de Irati, o qual foi convertido em Lei nº 15.202. **Anote-se - Arquivo-se.**

122/06: De autoria do Deputado Hermes Fonseca que, denomina Maria Bressan, a trincheira localizada no Km 128,8 da BR-369, no município de Jataizinho, o qual foi convertido em Lei nº 15.203. **Anote-se - Arquivo-se.**

131/06: De autoria do Deputado Duílio Genari que, denomina Rodovia Dr. Ernesto Dall'Oglio, o trecho da Rodovia Estadual PRT-163, que liga os municípios de Toledo e Quatro Pontes, o qual foi convertido em Lei nº 15.204. **Anote-se - Arquivo-se.**

170/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, revoga a Lei nº 11.262, de 21 de dezembro de 1995, o qual foi convertido em Lei nº 15.205. **Anote-se - Arquivo-se.**

171/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, revoga a Lei nº 11.263, de 21 de dezembro de 1995, o qual foi convertido em Lei nº 15.206. **Anote-se - Arquivo-se.**

180/06: De autoria do Deputado Nereu Moura que, autoriza do Poder Executivo a municipalizar trecho que especifica, da Rodovia PR-574, que vai da saída da Cidade de Cafelândia em direção à Penha-Corbélia, o qual foi convertido em Lei nº 15.207. **Anote-se - Arquivo-se.**

282/06: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Antonio Fernando Barros e Silva, o qual foi convertido em Lei nº 15.208. **Anote-se - Arquivo-se.**

242/06: Do Tribunal de Justiça, que extingue e cria os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 15.209. **Anote-se - Arquivo-se.**

342/06: De autoria do Deputado Alexandre Curi que, autoriza o Poder Executivo a realizar obras em bens públicos municipais visando a criação, aperfeiçoamento ou ampliação de ação governamental referente a serviços públicos essenciais nas áreas de saúde, educação, segu-

rança, cultura, assistência social e infra-estrutura, o qual foi convertido em Lei nº 15.210. **Anote-se - Arquivo-se.**

060/06: De autoria do Poder Executivo que, objetiva instituir o Paranacidade, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 15.211. **Anote-se - Arquivo-se.**

267/06: De autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar reversão das datas de terras que especifica ao município de Uniflor, o qual foi convertido em Lei nº 15.212. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 160/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE, o Projeto de Lei nº 269/06, de autoria do Poder Executivo, por julgar os dispositivos vetados inconstitucionais. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 162/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 009/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 163/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 209/06, de autoria do Deputado Durval Amaral, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 164/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 123/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 165/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 179/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 170/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 253/06, de autoria do Deputado Waldir Leite, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 173/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 157/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 174/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 754/06, de autoria do Depu-

tado Nereu Moura, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 212/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 384/06, de autoria do Deputado Reni Pereira por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC 178, 180, 209 e 211/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, comunicando que as Indicações Legislativas nºs 235/06, 237/06, 243/06 e 242/06, foram encaminhadas ao Órgão competente do Poder Executivo, a fim de que seja procedida a necessária análise. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 1093 e 1171/06, do Sr. Heinz Georg Herwig - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Prestação de Contas do Governo do Estado, exercício financeiro de 2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1321/06, do Sr. Heinz Georg Herwig - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Atividades do Tribunal, durante o 1º trimestre de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 325, 348, 349, 350, 446, 447, 448, 449, 526 e 549/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação e Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, para garantir a execução de programas do PEJA, PNAE, PNAC, PNAI, AMBIENTAL e PROEP. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 130/06, do Sr. Remígio Todeschini - Secretário de Políticas Públicas de Emprego, comunicando convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a integração e operacionalização das funções e ações do sistema público de emprego, trabalho e renda. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 22/06, da Sra. Gisele de Cássia Tavares - Diretora Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná, no valor de R\$ 10.660,00, referente à 2ª parcela da 5ª Etapa da Revisão do Benefício de Prestação Continuada - BPC, objeto do Convênio nº 942/MDS/2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1830/06, do Sr. Reynaldo Fernandes - Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, comunicando celebração de convênio com a Secretaria de Estado da Educação do

Paraná, no valor de R\$ 153.476,92 (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos) arcando o INEF, na qualidade de Concedente, com o valor de R\$ 122.781,53 (cento e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos), com o objetivo de realizar Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos - ENCEJA nos níveis de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio para brasileiros residentes no exterior. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 263/06, do Sr. Luiz Cláudio Monteiro Morgado - Coordenador Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio 118/05. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 353, 366 e 370/06, do Jadir Gomes Rabêlo - Coordenador Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade - substituto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando celebração de convênio nº 019/06 e liberação de recursos; celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 027/05 e celebração do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 033/04, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 281/06/GAB/VG, do Sr. Orlando Pessuti - Vice-Governador do Estado, comunicando que em data de 08 e 09 de julho de 2006, participou da XXXV Assembléia Geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil em Foz do Iguaçu, e visitou as cidades de Argentina e do Paraguai, em caráter particular. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/G 058/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando sua viagem à Argentina, na cidade de Córdoba, no período de 03 a 10 de julho de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 175, 215 e 216/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa Legislativa os Projetos de Leis nºs 066/06, 639/05, 155/06, 159/06, 175/06, 183/06, 198/06, 199/06, 202/06, 217/06, 221/06, 225/06, 181/06, 220/06 e 462/05, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Ofício s/nº do Sr. Carlos Nunes da Costa - Coordenador Geral de Programas para o Desenvolvimento do Ensino do Ministério da Educação, comunicando celebração de Convênios com a Secretaria de Estado da Educação, conforme abaixo:

- Convênio nº 837027/05 - valor de R\$ 2.531.232,24 (dois milhões, quinhentos e trinta e um mil, duzentos e trinta e dois mil reais e vinte e quatro centavos);

- Convênio nº 812083/05 - valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

- Convênio nº 812058/05 - valor de R\$ 1.492.540,23 (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, quinhentos e quarenta reais e vinte e três centavos);

- Convênio nº 812012/05 - valor de R\$ 80.300,00 (oitenta mil e trezentos reais);

- Convênio nº 816073/05 - valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

- Convênio nº 804643/05 - valor de R\$ 87.906,00 (oitenta e sete mil, novecentos e seis reais) todos visando atender os alunos matriculados no Programa/MODALIDADE ENSINO MÉDIO OU EDUCAÇÃO BÁSICA.

Ao conhecimento da Casa.

Ofício s/nº do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme abaixo:

- Nº 10432624/MS/SE/FNS - valor R\$ 65.907,92 - pagamento de Transplantes.

- Nº 10298966/MS/SE/FNS - valor R\$ 54.773,20 - pagamento de Reabilitação.

- Nº 10298961/MS/SE/FNS - valor R\$ 161.675,00 - pagamento de Leucemia Mieloide.

- Nº 10298962/MS/SE/FNS - valor R\$ 315.626,56 - pagamento de Programa de Combate ao Câncer de Colo Uterino.

- Nº 10298965/MS/SE/FNS - valor R\$ 2.657,80 - pagamento de Psicodiagnóstico.

- Nº 10298967/MS/SE/FNS - valor R\$ 30.010,20 - pagamento de Terapia e Psicoterapia.

- Nº 10298970/MS/SE/FNS - valor R\$ 16.144,80 - pagamento de Tuberculose.

- Nº 10298976/MS/SE/FNS - valor R\$ 13.020,00 - pagamento de Aids.

- Nº 10298948/MS/SE/FNS - valor R\$ 2.001.045,85 - pagamento de acompanhamento de paciente.

- Nº 10299061/MS/SE/FNS - valor R\$ 75.351,63 - pagamento de gestão plena de sistema estadual.

- Nº 10298968/MS/SE/FNS - valor R\$ 481.034,00 - pagamento de triagem neo-natal.

- Nº 10298944/MS/SE/FNS - valor R\$ 214.968,16 - pagamento de incentivo para o fortalecimento da gestão em, vigilância em saúde.

- Nº 10298984/MS/SE/FNS - valor R\$ 122.640,00 - pagamento de assistência pré-natal.

- Nº 10298953/MS/SE/FNS - valor R\$ 1.380,00 - pagamento de Aids.

- Nº 10298957/MS/SE/FNS - valor R\$ 24.397,68 - pagamento de fisioterapia.

- Nº 10298997/MS/SE/FNS - valor R\$ 1.652,57 - pagamento de queimados.

- Nº 10298989/MS/SE/FNS - valor R\$ 145.611,42 - pagamento de gastroplastia.

- Nº 10299002/MS/SE/FNS - valor R\$ 3.255,00 - pagamento de registro civil e nascimento.

- Nº 10298992/MS/SE/FNS - valor R\$ 451.506,33 - pagamento de neurocirurgia.

- Nº 10298964/MS/SE/FNS - valor R\$ 23.550,00 - pagamento de prótese dentária. **Ao conhecimento da Casa.**

Memorando

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT, e PSDB indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição que irá opinar sobre a Proposição nº 53/06, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao *caput* do artigo 185 da Constituição Estadual, e inclui artigo 60, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (O Estado aplicará, anualmente, 30%, no mínimo e os municípios aplicarão, anualmente, 25% no mínimo, da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino público).

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) MESA EXECUTIVA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1762

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 05 e 06 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1727

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de ontem, 31 de julho, do Sr. João Malucelli Júnior.

João Malucelli Júnior, conhecido como Janguito, era pai do empresário Joel Malucelli, Presidente do Grupo J. Malucelli, e de Rosaldo, Garibaldi, Rosemary, Jussara, Solange e Marco. Industrial de grande poder de realizações, João Malucelli Júnior, iniciou sua vida profissional no litoral paranaense e foi figura marcante no desenvolvimento do nosso Estado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar à família da Sra. Helena Yoko Hara, falecida em Curitiba, com 77 anos de idade.

A Sra. Helena era viúva do Sr. Masataka Hara e deixa 7 filhos: Eunice, Gilson, Milton, Wilson, Adilson, Elenice e Mário.

À família enlutada os sinceros pêsames deste Plenário.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Jeferson Rodrigues da Silva.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1720

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado votos de congratulações à Federação de Associações Comerciais e Empresariais do Paraná - Faciap -, através do respectivo Presidente. Sr. Jefferson Nogaroli, em razão da realização, de 23 a 25 de agosto em Foz do Iguaçu, da XVI Convenção Anual, cujo tema é “A Micro e Pequena Empresa e o Acesso ao Crédito de Qualidade”.

A busca da Faciap, bem como de diversas instituições a exemplo do Sebrae, é por um sistema nacional de garantia de crédito, fortalecendo o comércio e a indústria.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1742

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Paulo Sérgio Ibra dos Santos. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1743

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Luiz Carlos

Bossa. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1744

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Rubens Aparecido Gonçalves. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1745

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sargento Francisco Dionísio Pinheiro. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1746

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Vereador Claudiomar Braz de Arruda. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Iray Alves Silva. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Paulo S. Inêz. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Milton Mazzer Moralli. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1754

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Geraldo Lonardone. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1755

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Viviane Alves Borges. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1756

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Carlos Sérgio da Silva. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1757

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. João Batista da Silva. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1758

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Aparecida S. Oliveira. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1759

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antonio Pinheiro. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1760

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Claudio Roberto Pereira. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1719

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando do mesmo aumento no valor do fundo rotativo repassado às escolas estaduais, conforme reivindicação da Câmara Municipal de Sarandi.

Os Vereadores solicitam a elevação dos atuais R\$ 1,31 para R\$ 4,50.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1738

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa que officie ao Sr. Governador do Estado para que determine à Imprensa Oficial do Estado, a edição de uma “separata” com o capítulo “Síntese da Arte no Paraná - do período colonial a 1980”, da obra “Dicionário de Artes Plásticas no Paraná”, da professora Adalice Maria de Araújo, dentro de uma programação a ser definida com a autora, o MON, as Secretarias de Estado da Cultura, Educação e de Desenvolvimento Urbano - Paranaidade.

Outrossim congratula os órgãos institucionalmente envolvidos na referida edição, basilar para a compreensão do processo cultural paranaense.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um livro único, contribuição extraordinária para a cultura, seja do Paraná, seja do Brasil. A edição - mais democrática - de sua “Síntese”, em separata, permitirá a difusão do conhecimento na Rede Estadual de Ensino, nas Escolas de Belas Artes, nas Universidades, nas escolas particulares, e na rede estadual de bibliotecas, aí incluídos os nossos Faróis do Saber.

Seja este requerimento encaminhado à autora Adalice Araújo, Av. Cândido Hartmann, nº 575 - ap. 01 - CEP 80730-440.

REQUERIMENTO Nº 1722

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Aldo Rebelo, solicitando urgência na inclusão da pauta de votação do Projeto de Lei nº 5845/05, que dispõe sobre a carreira de servidores do Poder Judiciário e dá outras providências, que já teve parecer favorável de todas as Comissões Permanentes daquela egrégia Casa e aguarda na mesa diretora da Câmara dos Deputados para a sua inclusão e votação em Plenário.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário se faz argumentar a importância da votação desse projeto de lei, que faz justiça a este importante segmento dos servidores públicos federais que não têm ainda regulamentado o seu Plano de Cargos e Salários, quando o país já possui até plano de carreiras de nível municipal.

Os servidores do Poder Judiciário prestam, diuturnamente, relevantes serviços à Nação no acompanhamento de processos da sociedade brasileira e, não podem, mercê da discriminação, continuarem na aflição da falta de regulamentação de sua categoria, quando tantas outras, também importantes, já o conseguiram. Daí nosso pedido para que o Presidente Aldo Rebelo, sensibilize-se e inclua com a devida urgência à pauta de votação o referido projeto.

REQUERIMENTO Nº 1723

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado, através da Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, expediente ao Governo do Estado do Paraná, solicitando informações sobre gastos com viagem do Sr. Governador Roberto Requião e comitiva de assessores à província de Córdoba, na Argentina, para que sejam esclarecidos, entre outros fatores:

- 1) qual o real motivo da viagem;
- 2) qual a aeronave utilizada, plano de vôo e roteiro de viagem;
- 3) quantos e qual o nome e cargos dos assessores que compuseram a comitiva oficial;
- 4) qual o total discriminado gasto por assessor com despesas de viagem;
- 5) qual o total discriminado de gastos de viagem com o Sr. Governador.

Requer ainda seja esclarecido a esta Casa sobre a compra de 5.500 cartuchos CBC, tipo caça pelo gabinete do Governador; por que a compra não foi efetivada pelo Comando da Polícia Militar ou Polícia Civil?

Isto exposto, requer ainda seja encaminhado ao Governo do Estado do Paraná, para que envie a esta Casa,

através da Comissão de Fiscalização, as devidas informações.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente. Conforme se sabe, o Governador Roberto Requião solicitou autorização para viagem de dez dias à Província de Córdoba, para tratar de assuntos referentes ao Mercosul. Transmitiu o cargo no dia 03 de julho, mas retornou logo no dia 06 de julho. O fato foi tratado pela imprensa nacional como um desvio de roteiro, com denúncias de que o Governador teria sido visto com acompanhantes em um Café, tomando vinho, não em Córdoba, mas sim em Buenos Aires. Daí a nossa preocupação em esclarecer, por exemplo, quem fazia parte da comitiva oficial, qual o cargo ocupado no governo e qual o gasto declarado, discriminado, por assessor.

Também foi notícia pelos veículos de comunicação sobre a compra de 5.500 cartuchos CBC, próprios para caça, efetuado pelo gabinete do Governador. Ora, por que não pela Polícia Militar? Qual o motivo da aquisição de um lote tão grande, se a caça é proibida no Paraná? Enfim, o povo paranaense precisa saber o que foi fazer o Governador na Argentina, qual foi o roteiro de viagem, com quem estava e, principalmente, quanto custou esta viagem.

Isto exposto, requer que seja enviado ao Governo do Estado do Paraná, pedido de informações no sentido de que possa a Comissão de Fiscalização desta Casa, apurar os fatos.

REQUERIMENTO Nº 1724

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União - CGU, no sentido de que seja informado a esta Casa sobre o envolvimento do município de Apucarana, pelo Prefeito Valter Aparecido Pegorer, na compra irregular de ônibus Mercedes Benz, ano 1997, adquirido em 2002, da Empresa Santa Maria Comércio e Representações Ltda., de propriedade dos Srs. Darci Vedoin e Luís Antônio Trevisan, que estão sendo investigados pela Polícia Federal, CGU e Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, em processo de licitação fraudulenta e compras superfaturadas com verbas do Ministério da Saúde.

- 1) Qual a origem da verba orçamentária que originou o processo de aquisição do ônibus;
- 2) qual o valor destinado ao município e quanto custou o veículo adquirido;
- 3) qual o autor da emenda que possibilitou a compra;
- 4) qual o valor real do veículo adquirido.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente. Como já é de domínio público, amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação, o

município de Apucarana consta da lista de municípios paranaenses envolvidos no episódio de compra irregular de veículo para a saúde, divulgada pela Controladoria Geral da União, que ficou conhecido como “Máfia dos Sanguessugas”.

O Prefeito Valter Aparecido Pegorer, convocou a imprensa local para argumentar que a compra é legal e que não houve irregularidade. Mas, o site do Supremo Tribunal Federal, que negou recurso dos Srs. Darci José Vedoin e Luiz Antônio Trevisan Vedoin, representantes legais da empresa Santa Maria Comércio e Representações Ltda., da qual foi adquirido o veículo, e o próprio empresário Luís Antônio Trevisan, em depoimento à Justiça Federal do Mato Grosso, no dia 03 de julho de 2006, afirmou que “não se chega a perder o controle sobre o resultado do processo licitatório; que nesses casos, normalmente o Prefeito se encarregava de controlar a licitação”.

Isto exposto, reiteramos nosso pedido de encaminhamento ao Sr. Ministro da Controladoria Geral, pedindo informações sobre o envolvimento do município de Apucarana.

REQUERIMENTO Nº 1728

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, engenheiro Roberto Wallbach Tizzot, solicitando autorização e providências no sentido de se proceder o recapeamento asfáltico com acostamento e sinalização da rodovia estadual, no trecho compreendido entre a sede do município de Marialva com os distritos de Aquidabam e São Luiz.

Justifica o pedido, com as reclamações dos moradores daquela região, quando à situação intransitável que se encontra esse trecho, aumento dos riscos aos usuários dessa rodovia, inclusive com riscos de mortes.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1736

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando a liberação de mais R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a conclusão do Hospital Regional de Foz do Iguaçu, conforme promessa do próprio Governador Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1737

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário,

rio, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando a agilização no repasse de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), restante do montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) do convênio firmado entre o Governo do Estado e o município de Foz do Iguaçu, para a construção do Hospital Regional de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1739

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à esta egrégia Assembléia o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva pedindo apoio da Imprensa Oficial, para que seja reeditado o livro “Tentando Agarrar Estrelas”, do engenheiro londrinense José Pedro da Rocha Neto.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O livro refere a história recente do Paraná, é de rara qualidade, e faz parte da bibliografia essencial sobre o movimento estudantil em Curitiba e a criação da CEU - Casa do Estudante Universitário do Paraná.

A CEU, Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, é uma instituição sem fins lucrativos que tem por objetivo proporcionar moradia para estudantes pré-vestibulandos e universitários de baixa renda familiar. Residem na CEU cerca de trezentos estudantes do interior do Paraná e outros estados brasileiros e também do exterior.

A Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná - CEU, entidade estudantil sem fins lucrativos, de natureza jurídica de direito privado, tem como finalidade precípua a assistência social e cultural, bem como a moradia estudantil a estudantes universitários da baixa renda provenientes de todo o Brasil e do exterior.

Possui Lei de Utilidade Pública Municipal nº 3050/67, Estadual nº 4779/63 e Federal nº 91.904/85 e, CNPJ 76.606.219/0001-09.

Foi instituída de fato em 11/08/48 e sua instituição legal se deu em 28/04/52, com o registro do Estatuto no 2º Ofício de Títulos e Documentos, Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, nº 79 do livro “A-1”.

Teve como primeiro Presidente do Conselho Diretor, Sra. Hermínia Lupion, idealizadora e esposa do então Governador da época, Sr. Moysés Lupion e como Vice-Presidente o Dr. Oséas de Castro Neves, Presidente da UPE - União Paranaense dos Estudantes.

Sua sede foi construída na Rua Luiz Leão, nº 01, e inaugurada no dia 26/08/56, pelo Governador Moysés Lupion e Presidente da República Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A instituição possui hoje em seu quadro de moradores, em média 350 (trezentos e cinquenta) estudantes,

divididos nas categorias de vestibulandos, graduandos, pós-graduandos e mestrandos.

A Fundação serviu como berço de fatos históricos importantes à Sociedade Paranaense, de RU - Restaurante Universitário até a década de 1980, de encontro dos líderes estudantis da capital paranaense, de bailes de debutantes, de luta contra a ditadura entre outros.

Passaram pela CEU em mais de meio século de existência, cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) estudantes, que hoje despontam como excelentes profissionais e empresários nas mais diversas áreas em que atuam, no Brasil e no exterior. Entre outros podem ser citados, a título de exemplo, o Deputado Estadual Orlando Pessuti e o ex-Senador José Richa.

Seja este requerimento encaminhado ao engenheiro José Pedro da Rocha Neto, Av. Tiradentes, 870 - Jardim Shangri-la - CEP 86070-545, Londrina/PR e ao Presidente da CEU - Casa do Estudante Universitário, Bodan Metchko Filho - Rua Luiz Leão, nº 1 - CEP 80030-010 - Curitiba/PR.

REQUERIMENTO Nº 1740

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia que oficie o Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva a sugestão da Associação Matelandiense dos Avicultores - Amavi, que propõe ao Governo do Estado, por meio da Secretaria da Agricultura, a implementação de um projeto para manter o Estado livre das doenças tão prejudiciais à avicultura e à economia de forma geral.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O projeto objetiva demonstrar a eficiência em manter o Estado livre das doenças tão prejudiciais à avicultura e à economia de forma geral.

A grande maioria dos produtores concorda com a necessidade das ações mencionadas, devido a ocorrência de doenças como Gripe Aviária, New Castle, etc, em diversas partes do mundo, bem como atender às exigências do consumidor final, mantendo o produto nacional em boa posição frente a todo e qualquer concorrente internacional, em face dos problemas econômicos pelos quais passa o agronegócio brasileiro, que inviabiliza a possibilidade de os produtores investirem em benfeitorias, apesar de ser esta a intenção.

Desta forma solicita-se formas de financiamento com prazos e juros condizentes com a atividade, com a proposta de se efetuar o pagamento com lotes de frango e assim, viabilizar a realização das obras e ações de defesa sanitária.

Propõe-se, então, parceria tríplice: produtor, empresa, governo, com benefícios proporcionais a cada um. Seja este requerimento encaminhado ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, Palácio Iguaçu, Praça N. Sra. de Salette, s/nº, CEP 80530-909 -

Curitiba/PR; Secretário de Estado da Agricultura, Newton Pohl Ribas, Rua dos Funcionários, 1559 - CEP 80035-050 - Curitiba/PR; ao Presidente da Amavi - Camilo Bernardo Pastore, Av. Nereu Ramos, 293 - Cx. Postal 50 - CEP 85887-000 - Matelândia/PR.

REQUERIMENTO Nº 1741

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao IAP, solicitando informações em que estágio encontram-se os autos de infração aplicados às Empresas Perdigão e Batávia, ambas no município de Carambeí.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1747

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando que seja fiscalizada a passagem de caminhões na PR-443, transportando terra, areia e argila, retiradas ilegalmente das margens do Rio Tibagi, nas mediações dos municípios de Jataizinho, conforme segue documento em anexo.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1748

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Exmo. Sr. Lindsley da Silva Raska Rodrigues, solicitando que seja fiscalizada a retirada de terra, areia e argila das margens do Rio Tibagi, nas mediações dos municípios de Jataizinho, que depois é transportada através da PR-443, no trecho não pavimentado entre Jataizinho e Frei Timóteo, conforme e-mail em anexo.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Cel. QOPM Nemésio Xavier de França Filho, solicitando a realização de Curso de Cabos para Formação de Sargentos em Londrina ou na Região Metropolitana de Londrina.

Vale salientar que o Prefeito de Ibiporã, Sr. Alberto Baccarin, colocou à disposição, para sediar o curso, o

CTA - Centro de Treinamento Agrícola - com sede no referido município, local este que dispõe de estande de tiros, quarto com beliches, refeitório e toda a infra-estrutura para que o curso aconteça na região metropolitana de Londrina e várias cidades do Norte paranaense.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 378/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, da rede pública ou privada, obrigados a encaminhar a ambos os pais ou responsáveis, conviventes ou não, todas as informações referentes à vida escolar dos filhos e/ou dependentes.

Parágrafo único. Os pais ou responsáveis não-guardiões deverão manifestar o desejo de receber as informações constantes do *caput* deste artigo no ato da matrícula do estudante ou da sua renovação, ficando a escola desobrigada do compromisso caso o pai, mãe ou o responsável não-guardião deixe de fazê-lo em tempo hábil.

Art. 2º Os pais ou responsáveis não-guardiões terão pleno acesso às instalações físicas, bem como aos projetos pedagógicos da escola dos filhos e/ou dependentes, respeitadas as normas comuns da instituição.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A norma que se pretende criar com a proposição deste projeto de lei não se destina aos pais, mas às instituições de ensino que funcionam no Estado do Paraná.

Esta matéria obriga os esclarecimentos de ensino fundamental e médio, de rede pública ou privada, a enviar todas as informações sobre a vida escolar de seus alunos a ambos os pais, conviventes ou não.

A importância da participação dos pais ou responsáveis na vida escolar das crianças é inquestionável e deve ser priorizada nas instituições de ensino.

O Poder Familiar se mostra em sua plenitude, imposto aos pais em condições de igualdade (Constituição Federal, artigo 229 e Código Civil, artigo 1.631), visando o pleno desenvolvimento e capacitação do filho para a vida adulta, considerando o Poder Familiar como o vértice e centro do sistema civil de proteção à criança e ao adolescente.

Mesmo que a guarda se fixe para um dos pais ou responsáveis, não implica em poder absoluto e unilateral

da função paterna ou materna. O outro pai ou responsável não é excluído da vida do filho.

O princípio norteador das disposições relativas ao Poder Familiar é o interesse do filho e a Constituição Federal assegura à criança e ao adolescente a convivência familiar (artigo 227), razão pela qual também no acompanhamento das atividades escolares um dos pais ou responsáveis não pode ser excluído.

“Assim, o pai não-guardião, além de continuar titular do poder familiar (tanto quanto o pai guardião), conserva faculdades e obrigações de significativa importância para a relação paterno-filial e, dependendo do modo como as exercer, pode manter viva a importante participação na vida do filho, também íntegro o vínculo estabelecido com ele, diminuindo sensivelmente o prejuízo havido em virtude da não-convivência¹.

PROJETO DE LEI Nº 379/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina de ex-Prefeito Mário Antônio Guirro, o trecho compreendido entre Miraselva e Centenário do Sul, da Rodovia PR-534.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.06.
(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O nosso homenageado, ex-Prefeito Mário Antônio Guirro, veio para o Norte Pioneiro, recém- formado em Medicina no Rio de Janeiro, fixando residência em Centenário do Sul, onde instalou o seu consultório médico.

Atendendo a todos sem distinção, sem fazer qualquer exigência quanto ao pagamento de consultas, mesmo com os menos favorecidos pela sorte, Dr. Mário conquistou rapidamente a simpatia de todos, não só de Centenário mas de toda a região.

Logo seus amigos o convidaram para participar ativamente da política do município, tendo logo sido eleito Prefeito Municipal, exercendo o cargo por três mandatos.

O primeiro foi um mandato de seis anos, de 1983 a 1988, o segundo de 1997 a 2000 e no terceiro foi eleito para um mandato de 2000 a 2004, tendo cumprido até 2002, quando veio a falecer.

1.Fonte: O Poder Familiar e a inovadora Lei nº 3.849/06, do Dra. Denise Dano Comel, doutora em Direito, Juíza de Direito da 1ª Vara da Família de Ponta Grossa, Professora da Escola da Magistratura do Paraná, Núcleo de Ponta Grossa, publicado no Estado do Paraná em 21 de maio de 2006.

Sua esposa faleceu em 2005, ou seja, três anos depois, tendo ambos deixando grandes amigos e uma saudade imensa entre os moradores de Centenário do Sul.

Por essas razões estamos propondo a denominação da Rodovia PR-534, no trecho compreendido entre Miraselva e Centenário do Sul de ex-Prefeito Mário Antônio Birro, como forma de expressar o sentimento de todos pelos anos de dedicação ao município de Centenário do Sul e região Norte Pioneiro.

Contamos com os demais pares desta Casa para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 380/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a construção de uma usina termelétrica, tendo como combustíveis serragens e aparas de madeira, com capacidade de produção de 12,5 MW, no município de Agudos do Sul.

Art. 2º Esta construção da usina termelétrica fica condicionada à expedição de licenciamento do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, através da Licença Prévia - LP, na forma da lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.06.
(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal tem se preocupado com o problema da crise de energia que acontece no país, determinando aos setores competentes a realização de estudos para que sejam apresentadas soluções para esse grave problema.

São várias as conseqüências de uma crise neste setor. A queda de produção das indústrias, a diminuição da arrecadação dos impostos, afetando a União, os Estados e os Municípios, sem contar com o risco do desemprego.

As pequenas usinas termelétricas se apresentam como soluções eficientes e rápidas para a solução da crise.

A Cemisa Engenharia, empresa com a razão social CC Emídio dos Santos, Projetos de Engenharia Civil Ltda, situada à Rua Paraíba, nº 3.109, no Bairro Guaíra, em Curitiba-PR, com CEP: 80.630-000, com CNPJ: 07.787.038/0001-03, possuindo a Inscrição Municipal nº 07.01.501.091-02, possui Certidão da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul, de que nada existe em contrário quanto às leis de uso do solo urbano naquele município, que possa impedir a construção da Usina, e, que a mesma deverá atender às normas do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

A construção da Usina em questão ocorrerá com Capital Privado, não havendo nesta qualquer investimento por parte do Capital Público da União, do Estado ou do Município.

A Usina em referência não causará qualquer impacto ambiental, pois aproveitará resíduos da indústria madeireira como combustível, evitando inclusive o lançamento desses detritos nos rios e riachos da região, o que causa a contaminação das águas e de outra forma evita a sua queimada, o que coloca em risco as matas e reservas florestais, causando graves problemas e prejuízos para a economia e a biodiversidade. Além do mais, a Usina em referência gerará mais de quarenta empregos diretos e mais de dois mil indiretos.

O projeto da Usina está capacitado para a geração de 12,5 MW, apresentando-se como uma das alternativas mais viáveis para a solução da crise de energia.

Para isso, contamos com o apoio dos nobres colegas Parlamentares, para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 381/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural Franciscana, mantenedora do Colégio São Francisco, com sede no município de Ponta Grossa e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.06.
(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural Franciscana, mantenedora do Colégio São Francisco, com sede no município de Ponta Grossa e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a assistência social, a educação, a saúde, a cultura, a pesquisa, a ecologia e outras atividades benéficas, visando o desenvolvimento social da comunidade de Ponta Grossa e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 382/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 10.619, de 12 de dezembro de 1993, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São

Sebastião da Amoreira, com sede e foro no município de Sebastião da Amoreira e foro no município de Assaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.06.
(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de corrigir a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 10.619, de 12 de dezembro de 1993. A correta nomenclatura é Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Sebastião da Amoreira e não Associação de Pais e Amigos, como foi sancionado no ano de 1993.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 383/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Confederação Brasileira de Handebol, com sede e foro no município de Aracaju, Sergipe.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.06.
(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Confederação Brasileira de Handebol, com sede e foro no município de Aracaju, Sergipe, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade administrar, dirigir, difundir e incentivar em todo o país a prática do handebol.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 384/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.06.
(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, com sede e foro nesta Capital, entidade sem

fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de coordenar, proteger e representar os moradores da vila, representando a comunidade em suas reivindicações junto aos poderes constituídos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 385/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Casa do Idoso Deficiente Visual, com sede e forno nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Casa do Idoso Deficiente Visual, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade amparar e dar assistência aos idosos deficientes visuais da nossa Capital e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 386/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Prefeito Gabriel de Oliveira Silva, a Rodovia PR-550, que liga os municípios de Iguaraçu e Munhoz de Mello ao município de Santa Fé, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a iniciativa deste projeto de lei pretendemos homenagear um homem que escreveu parte da história do Paraná, especialmente no município de Munhoz de Mello.

O Sr. Gabriel de Oliveira Silva, pioneiro deste município, nasceu em Ribeirão Claro-PR. Mudou-se para a cidade de Munhoz de Mello no ano de 1949, por achar que ali seria um lugar de progresso, instalando-se no comércio local, onde colocara o Bar Três Irmãos. Os três irmãos saíram da cidade de Joaquim Távora-PR e fixaram residência em Munhoz de Mello. E 1960 o Sr. Gabriel casou-se com Edvirgem Benkendorf Silva. Dessa união nasceram Gilmar José Benkendorf Silva, Gilson

Antônio Benkendorf Silva, Gickson Rivelino Benkendorf Silva e Gislaine de Lourdes Benkendorf Silva.

Ingressando na vida pública no ano de 1956 pela legenda PTB, lançou sua candidatura a Vereador, sendo eleito para o quadriênio de 18 de dezembro de 1956 a 18 de dezembro de 1960. Em 1960 candidatou-se à reeleição, ficando como suplente, mas por intermédio da Câmara Municipal, fora eleito vice-Prefeito, o primeiro a exercer este cargo no município, no período de 18 de dezembro de 1961 a 18 de dezembro de 1964.

No ano de 1972, disputou pela legenda do MDB o cargo de Prefeito, sendo eleito para administrar o município de 1º de fevereiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977.

Em 1982 foi reeleito Prefeito Municipal, agora no Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Foi o escolhido pelos eleitores para administrar por quatro anos o município, tomando posse em 1º de fevereiro de 1983 e ficaria no cargo até 31 de dezembro de 1986, mas por força da compatibilidade de pleitos eleitorais, ficou no cargo até 31 de dezembro de 1988.

Nos dois mandatos, o Sr. Gabriel de Oliveira Silva realizou várias obras, dedicando-se totalmente em prol de seus munícipes, deixando boas recordações à comunidade. É esse homem bravo, público, que pretendemos homenagear com a modesta designação de seu nome à Rodovia PR-550, que liga os municípios de Iguaraçu e Munhoz de Mello ao município de Santa Fé no Estado do Paraná.

Essas, Sras. e Srs. Deputados, foram as razões que nos levaram a apresentar o presente projeto de lei, que com certeza terá apoio dos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 387/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A carreira de Papiloscopista passa a denominar-se Perito Papiloscopista da Polícia Civil do Estado do Paraná, mantendo-se os direitos, deveres, prerrogativas e atribuições da referida carreiras, elencadas no artigo 7º e seus incisos, da Lei Complementar nº 96 de 12 de setembro de 2002.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por escopo promover a alteração da nomenclatura do cargo de Papiloscopista para Perito Papiloscopista da Polícia Civil.

O referido cargo é integrante das carreiras policiais civis do Estado do Paraná.

Consoante ao artigo 7º da Lei 96 de 12 de setembro de 2002, publicada no Diário Oficial nº 6315

de 13 de setembro de 2002, aos papiloscopistas compete:

I - efetuar a coleta de impressões digitais nos postos e seções de identificação;

II - colher as impressões das linhas papilares das extremidades digitais das mãos de todas as pessoas interessadas na aquisição de documentos;

III - colher impressões datiloscópicas de vítimas em locais de acidentes e de cadáveres no Instituto Médico Legal;

IV - tomar as impressões digitais palmares e plantares quando necessário para qualquer trabalho técnico policial;

V - tomar as impressões digitais de pessoas presas ou detidas, qualquer que seja o motivo, por determinação de autoridade competente, mediante guia ou requisição;

VI - controlar em prontuários apropriados o registro geral, as passagens criminais e o respectivo qualificativo das pessoas identificadas;

VII - elaborar estatística mensal da movimentação do serviço criminal;

VIII - determinar as fundamentais e os subtipos das impressões digitais, para fins de identificação pessoal, através do sistema "Juan Vucetich": Arco, Presilha Interna, Presilha Externa e Verticilo;

IX - detectar os pontos característicos: anastomose, encarne, ilhota, laguna, confluência, ponto, numeral, eme, forquilha, agulha, arpão, emboque, desvio, bicúspide, cortada, encerro, ponto de linha, bifurcação, tridente e empalme;

X - contar as linhas de Galton e proceder a classificação déltica;

XI - determinar as anomalias congênitas e acidentais: anquilose, sindactilia, polidactilia, microdactilia, macrodactilia, adactilia e ectrodactilia;

XII - montagem das individuais datiloscópicas, classificando e codificando as planilhas decadatilares, quanto aos seus qualificativos, arquivar através dos datilogramas com separação de fórmulas;

XIII - proceder pesquisa monodactilar, decadatilar e onomástica;

XIV - proceder confronto individual datiloscópico, para identificação de pessoas e cadáveres;

XV - identificar cadáveres vítimas de acidentes e outros, expedindo laudos para cada identificação;

XVI - emitir parecer técnico para instruir autos dos poderes judiciais, órgãos congêneres e Delegacias de Polícia, mediante solicitação;

XVII - prestar assistência na Capital e interior do Estado, quando solicitado, para fiscalizar concursos públicos e vestibulares no que se refere à autenticidade e veracidade das carteiras de identidade;

XVIII - emitir parecer técnico sobre a identificação individual, elaborar laudos de identificação e confrontos datiloscópicos;

XIX - comparecer a locais de crimes e de acidentes para identificação de vítimas;

XX - organizar e controlar todos os serviços pertencentes ao monodátila;

XXI - classificar, pesquisar e comparar impressões digitais plantares e palmares no vivo e no morto, civil e criminalmente;

XXII - preparar, examinar, arquivar e manter atualizadas as fichas datiloscópicas civis e criminais;

XXIII - efetuar, independentemente, quando solicitado por autoridade policial ou judicial, levantamento de fragmentos datiloscópicos em local de crime com finalidade de identificar o autor;

XXIV - organizar e manter atualizados álbuns de fotografias e fitas de vídeo-arquivo de indiciados e suspeitos da prática de infrações penais;

XXV - realizar perícias datiloscópicas e elaborar os respectivos laudos;

XXVI - efetuar trabalhos fotográficos necessários à execução das perícias datiloscópicas e necrodatiloscópicas;

XXVII - prestar assessoramento técnico-científico ao Diretor do Instituto de Identificação;

XXVIII - o desempenho de outras atividades correlatas.

Sendo assim, é de se observar a relevância dos serviços prestados pelos papiloscopistas, bem como a independência funcional na execução das perícias papiloscópicas e na elaboração de laudos.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal é unânime, no julgamento da ADIn nº 1.477-3 de 02 de setembro de 1999.

De acordo com a Lei Complementar nº 89/01, em seu artigo 38, estabelece a exigência de nível superior, para ingresso na carreira de papiloscopista da Polícia Civil do Estado do Paraná, a exemplo do que ocorre com os Peritos Criminais e Peritos Médico-Legistas.

É importante salientar que o Poder Judiciário, atualmente reconhece e convalida os laudos periciais elaborados e assinados pelos papiloscopistas do Estado do Paraná.

Alguns Estados da Federação, já utilizam a nomenclatura de Perito Papiloscopista. São eles: Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo, Bahia, Brasília e Piauí.

Ressalte-se que o presente anteprojeto de lei não gera nenhum tipo de ônus para o erário público, por não se tratar de aumento salarial.

Considerando assim, as prerrogativas e atribuições, bem como a instrumentação da pesquisa de cunho técnico-científico, entende-se que o anteprojeto em epígrafe vem ao encontro da necessidade de atualização do vocabulário, o qual já se encontra inserido no contexto legal, buscando assim uma melhor adequação à natureza das atividades desempenhadas, reconhecendo desse modo a relevância dos trabalhos realizados pelo Instituto de Iden-

tificação, atualmente contando com 100 anos de existência no Estado do Paraná.

Diante do exposto, espera-se que os nobres membros desta digníssima Casa, apóiem e aprovem o referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 388/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Nacional de Pesquisa em Arte- Educação e Cultura - Anpare, com sede e foro nesta Capital no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor da sua publicação.
Sala das Sessões, em 01.08.06.
(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Anpare - Associação Nacional de Pesquisa em Arte-Educação e Cultura com sede e foro nesta Capital, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade filantrópica e duração por tempo indeterminado.

Fundada em 11 de abril de 2003, com sede na Rua Mercedes Stresser, nº 553, casa 01, Tarumã, nesta Capital. A Anpare tem como finalidade e objetivos específicos: utilizar de recursos materiais, ideais e culturais de maneira consciente, harmônica e metódica, para a realização de atividades que visem a criação, produção, palestra, inovação, prática, ensino, aprimoramento, documentação, divulgação, apresentação, estudo e pesquisa em Arte-Educação e Cultura, com a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e da democracia.

Visa, também, organizar-se para assessorar, pesquisar, preservar e produzir nas áreas relativas às seguintes atividades culturais e educacionais: artes visuais; literatura; patrimônio histórico, artístico e cultural; artes cênicas; música; áudio visual; folclore, artesanato e manifestações culturais tradicionais, artes integradas, meio ambiente e educação gratuita nessas áreas de interesse.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 389/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Cáritas Diocesana de Palmas, com sede e foro no município de Palmas no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor da sua publicação.
Sala das Sessões, em 01.08.06.
(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Cáritas Diocesana de Palmas, com sede e foro no município de Palmas no Estado do Paraná é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que exerce atividades de assistência social, de educação de base e de promoção humana das pessoas, grupos e comunidades econômica e culturalmente mais fracos.

Fundada em 1963, com sede e foro na cidade de Palmas/PR, a Cáritas Diocesana de Palmas tem como objetivos específicos: realizar estudos sobre os problemas de assistência social, de educação de base e de promoção humana, buscando soluções adequadas, mediante os processos de Serviço Social; colaborar na formação da consciência particular e pública, para que no ambiente social vigorem a solidariedade humana, criando conselhos de obras em âmbito diocesano e paroquial; planejar e promover a ação conjunta das obras ou movimentos que visem à assistência social e a promoção humana; representar, junto às autoridades e organismos nacionais, as obras sociais ou movimentos a ela filiados.

Visa, ainda, providenciar, mediante convênios, campanhas junto à comunidade local, ou qualquer outro meio honesto, recursos materiais e humanos para seus programas normais, ou para atendimento das vítimas de catástrofes.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 390/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a política estadual de incentivo à cultura do bambu, como parte da política estadual de desenvolvimento agrícola.

Parágrafo Único. A cultura do bambu compreende o cultivo agrícola voltado para a produção de colmos e para a extração de brotos e a valorização do bambu como instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico regional e integrado do Estado.

Art. 2º A política instituída nesta lei tem como objetivo o desenvolvimento da cultura do bambu no Estado, por meio de programas governamentais e de empreendimentos privados.

Art. 3º São diretrizes da política estadual de incentivo à cultura do bambu:

I - a valorização do bambu como produto agrícola capaz de suprir necessidades ecológicas, econômicas, sociais e culturais;

II - o desenvolvimento tecnológico do cultivo e das aplicações do bambu;

III - o desenvolvimento de pólos bambuzeiros.

Art. 4º São instrumentos da política estadual de incentivo à cultura do bambu:

I - crédito anual;

II - assistência técnica;

III - promoção e comercialização do produto;

IV - certificado de origem e qualidade dos produtos destinados à comercialização.

Art. 5º Serão beneficiadas prioritariamente pela política instituída por esta lei as pequenas e médias propriedade de regiões com vocação agrícola para a cultura do bambu.

Art. 6º Na implantação da política de que trata esta lei, compete ao Poder Executivo:

I - incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do cultivo e das aplicações dos produtos e subprodutos do bambu;

II - orientar o cultivo para a produção e a extração de brotos para a alimentação;

III - incentivar a utilização do bambu na recomposição de matas ciliares, na recuperação de áreas degradadas e na composição de sistemas agro-florestais;

IV - incentivar a adoção da cultura e manufatura do bambu na agricultura familiar;

V - estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para maximizar a produção e a comercialização dos produtos derivados do bambu;

VI - estimular o comércio interno e externo do bambu e de seus subprodutos;

VII - produzir mudas de bambu em viveiros públicos estaduais.

Art. 7º O incentivo referido nesta lei corresponde ao recebimento de Bônus expedido pelo Poder Público, correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Poder Executivo.

Art. 8º O portador dos Bônus poderá utilizá-los para pagamento de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -, Imposto sobre Transmissão de Bens *causa mortis* -, e IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores -, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência do tributo.

Art. 9º O Poder Executivo, anualmente, fixará o valor do incentivo a ser concedido na forma desta lei.

Art. 10. O Bônus terá validade para sua utilização de 5 (cinco) anos, a contar de sua emissão, com valor corrigido mensalmente pelos mesmos índices aplicáveis na correção do imposto.

Art. 11. Fica autorizada a criação do Fundo Especial de Apoio aos Produtores de Bambu no Estado do Paraná, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor da sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da implantação de política para a produção dos brotos de bambu é fomentar o artesanato e sua futura industrialização, atendendo crescentes demandas dos setores de arquitetura, paisagismo, decoração e construção civil.

Muitos países têm encontrado sucesso na exportação de móveis feitos de bambu e esse sucesso se deve à implantação de oficinas profissionalizantes, auto-sustentáveis, de cunho ambiental econômico e social, com a criação de pólos geradores de trabalho.

É preciso conscientizar a sociedade e dar incentivos ao surgimento de novos artesãos, viabilizando a venda de produtos e consolidando o bambu no mercado.

O incentivo proposto nesta legislação tem por escopo formar pólos bambuzeiros, haja vista que a industrialização desse material tem ampla aceitação no mercado nacional e internacional, especialmente na arquitetura e móveis de design.

No atual contexto social e produtivo mundial, vemos crises assolando povos de países inteiros. Estes se vêem à margem da política econômica mundial e não conseguem criar e manter uma economia própria. Mas existem alguns países enxergando o bambu como um dos meios alternativos para aumentar a produtividade agrícola, gerar empregos e estimular a indústria. Assim pensam os governos da China, Nepal, Filipinas e Havaí.

A questão ecológica é hoje um assunto muito discutido. A poluição e subprodutos decorrentes de uma economia industrial capitalista globalizada geram desequilíbrio por todas as partes do globo, na terra, água e ar. O bambu é eficaz no combate a muitas formas de poluição nesses recursos naturais, produzindo oxigênio, reciclando a água de rios e lagoas e, limpando o solo de alguns elementos nocivos. É também altamente renovável e que pode substituir o uso da madeira (material combustível), impedindo o corte indevido de árvores essenciais ao equilíbrio natural.

Na América do Sul existem cultura ricas e vibrantes que muito se associaram ao uso do bambu. É o caso do Equador e da Colômbia, países onde o bambu da espécie *Guadua angustifolia*, gigante é muito resistente, é conhecido por todo habitante e é utilizado há milhares de anos pelos nativos. Ele sustenta casas de mais de 100 anos de idade, assim como as casas de uma grande parcela da população. A Costa Rica, na América Central,

recentemente adotou uma estratégia para implementar a construção em massa de habitações populares construídas com bambu.

O Brasil é um dos países com maior número de espécies nativas e maior área de florestas naturais de bambu. Essas espécies nativas, algumas até endêmicas, são na sua grande maioria desconhecidas. É imperioso elaborar uma política de preservação, propagação e disponibilização destas espécies que muito têm a nos encantar e oferecer.

Pessoas do mundo inteiro se unem em associações e instituições para divulgar as múltiplas utilizações do bambu, incitar o debate social e desenvolver a pesquisa científica, tomando como exemplo: IBA, INBAR, ABMTENC, ABS, EBS, ECUABAMBU.

O bambu é usado há muitos milênios na produção de uma miríade de artefatos úteis ou decorativos. Por sua característica tubular o bambu já agrega funções inerentes à sua forma. Sendo composto basicamente de longas fibras vegetais, pode ser moldado ou desfiado para novas aplicações. É essencial que se escolha o tipo certo de bambu e o modo correto de tratamento para cada aplicação.

O bambu é reconhecidamente um excelente agente na contenção de encostas ameaçadas de erosão. Sua distribuição subterrânea de rizomas forma uma malha resistente que reforça a estrutura natural do solo. Para obter bons resultados são utilizados os bambus de rizomas leptomorfos, que se espalham na área mais rapidamente.

O bambu é utilizado na irrigação de solos e lavouros. É tubular, facilitando o transporte de água da fonte ao local da irrigação.

O bambu pode também ser utilizado na bio-remediação de ambiente molestados pela intervenção humana. Segundo os especialistas da West Wind Technologies, nos Estados Unidos existem muitas criações de suínos que despejam os restos finais dos animais diretamente no ambiente natural, contaminando campos e fontes de água. Uma solução para este problema seria despejar os restos em campos de grama, uma planta que consome largamente o nitrogênio presente nos restos. Mas a grama não tem mercado e é deixada no solo. Com tempo o nitrogênio na grama é reabsorvido pelo solo. O bambu é uma grama, e consome muito nitrogênio. Depois pode ser coletado e vendido como material de construção, levando consigo o nitrogênio.

Outro uso do bambu na remediação foi sugerido em 98 pelo senador americano Duncan Hunter, dirigente da Fundação World Emergency Relief, para despoluir o Rio Choluteca, que atravessa a capital do México. O projeto propõe que se plante bambu nas beiras do rio, porque agiram como agente descontaminante. Este tipo de projeto já foi implantado no Rio Nuevo, Califórnia, e ao norte da cidade de Mexicali, México.

O bambu também é utilizado como combustível e papel, substituindo o uso tradicional e, muitas vezes irresponsável, de madeiras importantes para os ecossistemas.

O carvão de bambu é de excelente qualidade, e seu rápido crescimento equilibra a relação entre o gás de carbono emitido e o gás de carbono absorvido. O papel de bambu tem a mesma qualidade que o papel de madeira.

O papel é o uso industrial do bambu de maiores proporções no mundo. O bambu oferece seis vezes mais celulose que o pinheiro que mais rápido cresce. Suas fibras são muito resistentes e têm qualidade igual ou superior à fibra de madeira. O Brasil é o único país da América a ter uma indústria de papel de bambu, com uma grande plantação no Estado do Maranhão.

Esta Assembléia Legislativa, que tem compromisso com o desenvolvimento do Estado do Paraná, não deixará de apoiar a iniciativa desta matéria, gerando emprego e renda.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria que as lideranças indicassem um membro partidário para constituição da Comissão Especial da Reforma da Constituição e que irá opinar sobre a Proposição 053/06, de autoria do Poder Executivo e dar nova redação ao *caput* do artigo 185 da Constituição Estadual.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PMDB)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores:

Algumas reivindicações de Prefeitos de municípios que não possuem Bancos nas suas cidades levaram este Parlamentar a uma reflexão e a buscar uma solução plausível para os clamores desses sofridos administradores municipais.

Pela minha origem municipalista, pela minha vocação de administrador municipal e pela minha história política de Vereador, Presidente da Associação de Vereadores do Paraná e Prefeito Municipal de cidade do interior, senti na carne o problema dos prefeitos que me procuraram e resolvi fazer uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sim, Sr. Presidente! Não poderia ficar omissa diante de um problema tão angustiante que os Srs. Prefeitos tinham nas mãos.

Procurei discutir o problema com o Prefeito de Nova Santa Bárbara, Júlio Bittencourt - o Julinho - que compartilhou comigo dessas preocupações, dizendo: “Deputado, por que o Banco que tenho aqui não pode prestar os serviços que a Prefeitura precisa?”

Por que o Banco Postal não pode atender as necessidades dos municípios que não possuem Banco oficial?

Tentamos soluções com Bancos Cooperativistas e chegamos à conclusão que a solução mesmo seria o Banco Postal, não só pelo fato de poder atender desde o mais simples até o mais abastado cidadão.

Mas, afinal, o que é o Banco Postal?

Visando a melhor prestação de serviços, e a oportunidade para prover serviços financeiros básicos para a população de baixa renda de todo o Brasil, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos publicou o Edital de Chamamento, que teve por objeto a seleção de Instituição Financeira para operar unidade de atendimento designadas de Agências de Correios Comerciais - Corresponde Bancário, serviço sob a denominação Banco Postal.

O Bradesco foi o vencedor deste processo de seleção, desenvolvendo uma parceria com os Correios, que foi consolidada no segundo semestre do ano de 2002.

Além da inclusão social, o Bradesco, nesta parceria com os Correios quer alcançar, por meio do Banco Postal, todos os 1590 municípios brasileiros que não têm qualquer agência bancária, ou seja, 29% dos municípios brasileiros, e os quase quarenta milhões de brasileiros que não possuem conta em Bancos.

Somente no Estado do Paraná são 43 municípios desassistidos de qualquer atividade bancária, onde hoje os servidores públicos municipais e estaduais, assim como a população em geral têm que se locomover às suas custas ou às custas do Poder Público a outros municípios para terem acesso aos serviços bancários, deixando, inclusive, de fomentar o comércio de sua cidade.

O objetivo é oferecer nos postos dos Correios serviços como: abertura de contas, depósitos e saques, recebimentos (créditos diversos e aposentadorias) e pagamentos, além da concessão de empréstimos, financiamentos e cobrança de títulos.

No total, serão mais de 5.500 pontos de atendimento do Banco Postal, subsidiando a 4.156 municípios, nos quais os Correios mantêm postos.

Por fim, gostaria de destacar que, o modelo brasileiro de Banco Postal, é fruto da observação das experiências internacionais, para se levar serviços a todos os municípios e a todos os cidadãos, e existem 68 países que executam algum nível de Serviços Financeiros Postais, sendo que 36 destes operam tipicamente como Bancos Postais, com variados modelos empresariais e operacionais.

O Banco Postal é um novo conceito de Banco para os milhares de municípios desassistidos, cujo conceito de modernidade promove o desenvolvimento local e a inclusão de milhares de brasileiros no universo bancário. No Estado do Paraná, o Bradesco possui 179 agências.

Além disso, por meio da Rede do Banco Postal, o Bradesco leva serviços financeiros para comunidades de milhares de municípios brasileiros, muitos deles desprovidos de atendimento bancário - somente no Estado do Paraná há 369 Bancos Postais, sendo 43 deles pioneiros, ou seja, localizados em municípios que não possuem agência bancária.

O Bradesco é o líder do setor financeiro privado brasileiro, com R\$ 208,7 bilhões de reais em recursos administrados.

Fundado em 1943, marcou sua história pelo forte crescimento orgânico e por aquisições de outras instituições financeiras, sendo hoje o maior empregador privado do país.

Com ampla rede de agências e um completo sistema de atendimento pelos canais internet, telefone e máquinas de auto-atendimento, está presente em todo o território brasileiro, com 2.999 agências e 23.232 equipamentos, oferecendo mais comodidade aos seus 16,5 milhões de clientes.

O Bradesco tem ainda uma forte presença na área de responsabilidade social com a Fundação Bradesco, criada em 1956, em benefício da sociedade e valorização da cidadania, principal instrumento de ação social da Organização, atendendo a alunos de comunidades carentes em todo o Brasil.

Com um orçamento de mais de 157 milhões de reais para 2006, a Fundação Bradesco atende, gratuitamente, a 107 mil alunos nas quarenta escolas localizadas em 26 Estados e no Distrito Federal, sendo que no Estado do Paraná possuímos uma escola no município de Paranavaí, a qual atende a 1889 alunos.

E não é um atendimento comum. Além do ensino, os alunos recebem uniforme, calçados, material escolar, alimentação, assistência médica e odontológica. É um orgulho da Organização Bradesco.

Isso tudo, aliado às necessidades dos municípios nos fez passar da prática para a ação, buscando obter um parecer do Tribunal de Contas que oferecesse aos prefeitos municipais toda a segurança para que não houvesse, no futuro, nenhum empecilho legal.

E a Assembléia Legislativa que sempre primou pela discussão dos grandes problemas administrativos deste Estado, merece ser enaltecida neste momento, pois mais uma vez não abriu mão das suas prerrogativas e apoiou a iniciativa deste Parlamentar desde o princípio.

Então elaboramos um documento de consulta para o egrégio Tribunal de Contas, e buscamos o caminho certo através do Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão.

Dentro do mesmo espírito municipalista, o Presidente Hermas Brandão encaminhou a nossa consulta de forma oficial ao Tribunal de Contas que passou a estudar o problema, analisando em todos os aspectos o nosso documento através de seus técnicos, auditores, Conselheiros e Procuradores e ao final de um exaustivo trabalho, apresentou o seu Acórdão com a apresentação dos seus aspectos legais.

E tenho a mais absoluta certeza, ao afirmar neste momento deste tribuna, que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos ajudou a apresentar - não só aos Prefeitos do Paraná - mas aos Prefeitos de todo o Brasil, a solução de um dos seus mais cruciantes problemas de gestão do dinheiro público, para quem não tem no seu

município um Banco Oficial e precisa gerir esse dinheiro dentro das determinações da lei.

Tenho o prazer de apresentar-lhes desta tribuna o documento que expressa a sábia decisão do nosso Tribunal de Contas do Paraná:

**SESSÃO Nº 06/06 - TRIBUNAL PLENO
ACÓRDÃO Nº 78/06**

Processo nº 235304/05

Interessado: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Assunto: Consulta

EMENTA: Consulta. Utilização de “Bancos Postais” pelos municípios onde não há banco oficial. Antes de se iniciarem as operações entre o Município e o Banco Postal, o Prefeito Municipal deve promover chamamento público de agências ou postos bancários, preferencialmente oficiais. Constatando-se a instalação de estabelecimento bancário oficial no Município, com este devem ser realizadas as operações. Não existindo banco oficial no Município, este poderá efetuar suas operações junto a banco privado, observando a exigência de procedimento licitatório, caso haja mais de um banco privado no Município. Não havendo possibilidade às alternativas acima, poderá o Município utilizar-se do Banco Postal. Existência da ADIN nº 3578-9, suspensiva à eficácia do parágrafo 1º do artigo 4º, e do artigo 29 e seu parágrafo único, da MP nº 2192/70.

Pelo não conhecimento do requerimento objeto do protocolo nº 314618/04, por não conformidade com os artigos 31 e 40 da Lei Estadual nº 5615/67 e Resolução nº 1222/01.

O Deputado Estadual Hermas Brandão, atendendo solicitação do Deputado Geraldo Cartário, encaminha consulta a esta Corte **“sobre a viabilidade jurídica de banco privado, em especial o Banco Bradesco, através do seu sistema de Bancos Postais em parceria com os Correios, devidamente aceito pelo Banco Central do Brasil, desenvolver operações bancárias convencionais junto aos municípios onde não há agência bancária oficial, inclusive do Banco Itaú, que sucedeu o Banestado”**.

A Assessoria Jurídica da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se manifestou às fls. 06 a 09b, opinando **“...no sentido de que é possível que recursos financeiros de municípios paranaenses, onde não existam agências de bancos oficiais ou do Banco Itaú S/A e existam agências de outros bancos privados e/ou do Banco Postal, sejam neste depositados.”** (grifos do original)

Acompanha a exordial documentos juntados, de fls. 10 a 32.

Recebida a consulta, foi enviada à DCM e ao Ministério Público de Contas do Estado do Paraná.

A DCM emitiu Parecer nº 322/05 (fls. 34 a 37) cuja ementa está assim redigida:

EMENTA: Consulta. Bancos. 1) Banco Postal. 2) Utilização da rede de Correios para a prestação dos serviços bancários básicos em todo o território nacional. 3) Correios através de chamamento público, efetuaram parceria com o Banco Bradesco para a viabilização do Banco Postal. 4) **Possibilidade de utilização do Banco Postal pelos municípios que não possuem instituição financeira oficial privatizada.** (Grifos do original)

Às fls. 35 ao analisar o mérito da questão a Diretoria de Contas Municipais assim se expressa:

Esta Diretoria de Contas Municipais já se manifestou sobre o assunto em voga no seu Parecer nº 257/04, anexado ao presente expediente, **pela possibilidade da utilização do Banco Postal pelos municípios que não possuem instituição financeira oficial privatizada.** (Grifos do original)

O Parecer nº 257/04 referido, encontra-se apenso às fls. 38 a 52 de cuja ementa extraio os seguintes excertos que interessam à análise da questão:

EMENTA: Consulta. Bancos. 1) Regra: banco oficial. 2) Não existência do mesmo: possibilidade de movimentação dos recursos financeiros em banco privatizado. 3) **Impossibilidade de movimentação de recursos públicos via Sicredi/Bansicredi, conforme disposto na Resolução CMN/Bacen nº 3106 de 25 de junho de 2003 (com as devidas alterações trazidas pela Resolução nº 3140 de 27 de novembro de 2003).** 4) Não existência de banco oficial e instituição privatizada no Município: utilização de banco privado. 5) Existência de mais de um banco privado: procedimento licitatório. 6) Não existência de banco tanto oficial como privado: a) administrador público deverá se utilizar de correspondentes bancários; b) administrador público deverá oportunizar aos bancos existentes nos municípios vizinhos a possibilidade de os mesmos se instalarem no território carente de instituição financeira; c) ... (Grifos do original)

Juntou ainda, a DCM, os documentos de fls. 53 a 57.

O Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, pelo Parecer de nº 14124/05, (fls. 59 a 62) da lavra do seu Procurador-Geral, conclui às fls. 61 e 62:

Ante o exposto este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas opina:

1) pelo não conhecimento do requerimento objeto do protocolo nº 31461-8/04, por não conformidade aos artigos 31 e 40 da Lei Estadual nº 5615/67 e Resolução nº 1222/01, devendo ser mantido o entendimento consolidado nas Resoluções nº 14066/01, 3592/03, 2606/04 e 2952/04 (vide Anexos I.a e I.d), no que tange às cooperativas de créditos, ressaltando-se a estas, mediante convênio específico, a possibilidade de contribuir para a arrecadação tributária;

2) Pelo conhecimento da consulta objeto do Protocolo nº 23530-4/05, para, no mérito, restar consignado:

2.1) que o Banco Postal se insere em igualdade de condições com as demais instituições financeiras privadas, podendo:

2.1.1) celebrar convênios para a arrecadação tributária;

2.1.2) na **inexistência** de instituição financeira oficial instalada no Município, observada a Lei Federal nº 8666/93, celebrar contrato na condição de instituição financeira privada (conceito em que se insere o Banco Postal).

3) Em face da decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na ADIN nº 3578-9, suspendendo, “es nunc”, a eficácia do parágrafo 1º do artigo 4º, e do artigo 29 e seu parágrafo único da Medida Provisória nº 2192/70, de 24 de agosto de 2001, **não há mais que se cogitar da manutenção das “contas únicas” em bancos privatizados ou em instituição financeira adquirente de seu controle acionário**, nos termos dos dispositivos cuja eficácia encontra-se suspensa, reformando-se os entendimentos sobre este aspecto consolidados nas Resoluções nº 3163/03, 3592/03 e 6256/03 (vide Anexos I.b, II.a, II.b), e todas as demais decisões na mesma linha de entendimento proferidas por esta Corte.

4) Sejam os municípios paranaenses, bem como o Estado do Paraná, através de seus órgãos e entidades, orientados a não mais manterem seus depósitos em bancos privados adquirentes de controle acionário de bancos oficiais, ressalvada a inexistência de instituição oficial na sede do ente federativo, ocasião em que a escolha de instituição financeira submete-se aos preceitos da Lei Federal nº 8666/93. (Grifos do original)

O Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, juntou os documentos de fls. 63 a 86.

É o relatório.

Passo ao VOTO.

Assentadas as condições de admissibilidade da consulta: a) parte legítima e, b) existência de manifestação prévia por órgão consultivo do consulente (Resolução nº 1222/01), passa-se a abordagem de mérito.

A consulta é específica sobre a possibilidade de utilização dos chamados Bancos Postais pelos municípios onde não há agência bancária oficial, todavia ao justificar o questionamento às fls. 5 faz alusão à Medida Provisória nº 2192-70 de 24/08/01, sendo que a Assessoria Jurídica da Assembléia também se refere à mesma às fls. 7, cabendo destacar que a referida Medida Provisória, conforme bem informado pelo Ministério Público de Contas, teve suspenso cautelarmente os efeitos do parágrafo 1º do artigo 4º e do artigo 29 pelo Supremo Tribunal Federal, face a ADIN nº 3578-9.

Saliento ainda que o entendimento esposado pela Assessoria Jurídica da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às fls. 9, valendo-se de ensinamento do eminente professor Adilson de Abreu Dallari (doc. de fls. 10) de que “**instituições financeiras oficiais não são apenas**

os bancos públicos, bancos sob controle acionário do Poder Público instituidor, mas, sim, são, indistintamente, bancos públicos ou privados, desde que tenham sido regularmente constituídos e sejam devidamente fiscalizados pelos órgãos federais competentes”, data máxima vênia não corresponde à intenção do legislador, pois se assim fosse, não haveria a necessidade do adjetivo **oficial** no texto da Constituição Federal.

Com relação ao cerne da questão, qual seja a possibilidade de utilização do Banco Postal pelos municípios onde não há banco oficial, consoante disposições da Portaria 588 de 04/10/00 (fls. 53) e dos documentos de fls. 55, pode-se concluir, como o faz o Ministério Público de Contas do Estado do Paraná às fls. 60, “que sua utilização pelos municípios nada mais significará do que a utilização de um banco privado”.

Esta Corte de Contas já decidiu a respeito do assunto como bem posto nos pareceres da DCM e do Ministério Público de Contas, todavia, entendo que, no caso específico da presente consulta, antes de se iniciarem as operações entre o Município e o Banco Postal, faz-se necessário que o Prefeito Municipal envide esforços no sentido de procurar atrair para o Município, agências ou postos de atendimento bancário, preferencialmente oficiais e, em caso de recusa ou desinteresse destes, de instituições financeiras privadas.

Caso resultem frutíferos tais esforços, constatando-se a instalação de mais de um estabelecimento, faz-se necessário a realização de procedimento licitatório.

Feito estes breves comentários, em vista das ponderações sintetizadas, e por entender que o momento é oportuno para uniformizar as decisões a respeito do assunto, valendo-me das informações da Diretoria de Contas Municipais e do opinativo declinado pelo ilustre representante do Ministério Público de Contas às fls. 61 e 62, entendo que a consulta pode ser respondida nos seguintes termos:

1. antes de se iniciarem as operações entre o Município e o Banco Postal, o Prefeito Municipal deve envidar esforços, promovendo chamamento público, visando atrair para o Município agências ou postos de atendimento bancário, preferencialmente oficiais e, em caso de recusa ou desinteresse, de instituições financeiras privadas.

2. Constatando-se a instalação de estabelecimento bancário oficial no Município, com este devem ser realizadas as operações, para atendimento do mandamento constitucional.

3. Não existindo banco oficial no Município, este poderá efetuar suas operações junto a banco privado, observando-se que se existir mais de um estabelecimento privado no Município, faz-se necessária a realização de procedimento licitatório.

4. Em não sendo possível a implementação das alternativas acima, então o Município poderá utilizar-se do Banco Postal.

5. *Consignar, ainda, que, face à decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na ADIN nº 3.578-9, suspendendo a eficácia do parágrafo 1º do artigo 4º, e do artigo 29 e seu parágrafo único da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001, não há mais que se cogitar da manutenção das “contas únicas”, em bancos privatizados ou em instituição financeira adquirente de seu controle acionário.*

6. *Voto também, pelo não conhecimento do requerimento objeto do Protocolo nº 31461-8/04, por não conformidade com os artigos 31 e 40 da Lei Estadual nº 5.615/67 e Resolução nº 1222/01.*

Conselheiro Nestor Baptista, Relator.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, OS CONSELHEIROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, por unanimidade.

ACORDAM

Em responder à Consulta, formulada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob Protocolado nº 235304/05, nos exatos termos do voto do Relator Conselheiro NESTOR BAPTISTA.

Participaram da Sessão os Conselheiros HEINZ GEORG HERWIG, NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, HENRIQUE NAIGEBOREN, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES e Auditor CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES.

Presente o Procurador-Geral junto a este Tribunal, GABRIEL GUY LÉGER.

Sala das Sessões, em 09.02.2006.

Conselheiro NESTOR BAPTISTA

Relator

HEINZ GEORG HERWIG

Presidente

Unidades do Banco Postal em Municípios do Estado do Paraná desassistidos por Bancos

	<i>Supervisores</i>	<i>Agência Postal</i>	<i>Inaug.</i>	<i>Agência de Relacionamento</i>	<i>Distância</i>	<i>ROF</i>	<i>Contas</i>
1	<i>Cristhiano</i>	Barra do Jacaré	03-jun-02	<i>Andirá</i>			
2	<i>Cristhiano</i>	<i>Guapirama</i>	15-abr-04	<i>Santo Antonio da Platina</i>	35 Km		
3	<i>Cristhiano</i>	<i>Japira</i>	13-mai-02	<i>Figueira</i>	40 Km		
4	<i>Cristhiano</i>	<i>Jundiá do Sul</i>	06-abr-04	<i>Santo Antonio da Platina</i>	45 Km		
5	<i>Elton</i>	<i>Marilena</i>	10-nov-04	<i>Nova Londrina</i>	8 Km		
6	<i>Elton</i>	<i>Mirador</i>	24-jun-02	<i>Tamboara</i>	40 Km		
7	<i>Elton</i>	<i>Nova Aliança do Ivaí</i>	26-jan-04	<i>Paranavaí</i>	20 Km		
8	<i>Fabício</i>	<i>Guamiranga</i>	25-jun-04	<i>Guarapuava</i>	100 Km		
9	<i>Fabício</i>	<i>Rio Bonito do Iguaçu</i>	29-jun-04	<i>Jaranjeiras do Sul</i>	20 Km		
10	<i>Fabício</i>	Virmond	13-mai-02	<i>Cantagalo</i>	10 Km		
11	<i>Garcia</i>	Rio Bom	01-abr-04	<i>Apucarana</i>	59 Km		
12	<i>João</i>	<i>Doutor Ulysses</i>	06-mai-02	<i>Colombo - Centro</i>	140 Km		
13	<i>João</i>	ACC I Tunas do Paraná	21-jan-05	<i>Alto Maracanã - U. Colo</i>	60 Km		
14	<i>Jolnei</i>	<i>Arapuã</i>	24-out-03	<i>Ivaiporã</i>	20 Km		
15	<i>Jolnei</i>	<i>Corumbataí do Sul</i>	20-mai-02	<i>Campo Mourão</i>			
16	<i>Jolnei</i>	Godoy Moreira	07-abr-04	<i>Jardim Alegre</i>	50 Km		
17	<i>Jolnei</i>	<i>Imbau</i>	19-abr-04	<i>Telêmaco Borba</i>	23 Km		
18	<i>Jolnei</i>	Lidianópolis	28-nov-03	<i>Jardim Alegre</i>	10 Km		
19	<i>Jolnei</i>	<i>Nova Tebas</i>	06-mai-02	<i>Ivaiporã</i>			
20	<i>Júnior</i>	<i>Altamira do Paraná</i>	29-abr-02	<i>Ubiratã</i>			
21	<i>Júnior</i>	<i>Diamante do Oeste</i>	15-abr-04	<i>Toledo</i>	70 Km		
22	<i>Júnior</i>	<i>Iracema do Oeste</i>	27-mai-02	<i>Nova Aurora</i>	17 Km		
23	<i>Júnior</i>	<i>Pato Bragado</i>	12-dez-03	<i>Marechal Cândido Rondon</i>	22 Km		
24	<i>Marcos</i>	<i>Braganey</i>	15-abr-04	<i>Nova Cascavel - U. Casc.</i>	50 Km		

Unidades do Banco Postal em Municípios do Estado do Paraná desassistidos por Bancos

	Supervisores	Agência Postal	Inaug.	Agência de Relacionamento	Distância	ROF	Contas
25	Marcos	Campo Bonito	01-abr-04	Nova Cascavel - U. Casc.	70 Km		
26	Marcos	Ramilândia	03-jun-02	Medianeira			
27	Milton	Ângulo	30-dez-03	Astorga	30 Km		
28	Milton	Bom Sucesso	05-abr-04	Jandaia do Sul	20 Km		
29	Milton	Guaraci	15-abr-02	Astorga	45 Km		
30	Milton	Munhoz de Melo	30-dez-03	Astorga	20 Km		
31	Milton	Novo Itacolomi	30-jan-04	Jandaia do Sul	30 Km		
32	Milton	Pitangueiras	24-jun-02	Astorga	18 Km		
33	Raul	Leópolis	20-mai-02	Cornélio Procópio	20 Km		
34	Raul	Nova América Colina	28-abr-04	Cornélio Procópio	30 Km		
35	Raul	Nova Santa Bárbara	17-jun-02	Assaí			
36	Roberto	Guaporema	16-abr-04	Cianorte	50 Km		
37	Roberto	Inajá	05-abr-02	Nova Esperança	51 Km		
38	Roberto	Indianópolis	24-nov-03	Cianorte	27 Km		
39	Roberto	Jardim Olinda	11-dez-03	Nova Esperança	70 Km		
40	Roberto	Santa Inês	17-jun-02	Colorado	30 Km		
41	Roberto	Uniflor	19-abr-04	Nova Esperança	15 Km		
42	Vagner	Sulina	06-mai-02	Dois Vizinhos	60 Km		

População		Prefeitura				Empresas Folha?	Bradesco Expresso	Justificativa
Urb.	Rural	Folha S/N	Banco/Município	R\$	Qt. Func.			
20000	5000	Sim	BP	24.068,00	48			Pgto. de 48 func. R\$ 24.068,00
4000	2500							
2000	2600							
3000	700							
3600	3600	BB	Nova Londrina	280.000,00	280			Rejeição ao Bradesco
1000	2500	BB	Paraíso do Norte	100.000,00	125			
2000	2000	BB	Paraíso do Norte	75.000,00	112			Rejeição ao Bradesco
2000	3000	Sicred	Local - Cheque	200.000,00	220			
5000	15000	BB	Local	352.000,00	461			
4000	6000	Sim	BP	130.000,00	221			Pgto. de 155 func. R\$ 107.442,00
2000	2000	Sim	BP	90.105,00	161			Pgto. de 161 func. R\$ 90.105,00
2000	5000	Itaú	Cerro Azul					Em negociação
8000	4000	Sim	BP	128.160,00	215			Pgto. de 215 func. R\$ 128.160,00

População		Prefeitura				Empresas Folha?	Bradesco Expresso	Justificativa
Urb.	Rural	Folha S/N	Banco/Município	R\$	Qt. Func.			
2500	3000							
500	1000	Sim	BP	183.002,00	126			Pgto. de 126 func. R\$ 183.002,00
5000	5000							
2500	2500	Sim	BP	96.157,00	174			Pgto. de 174 func. R\$ 96.157,00
2119	4876	BB	Campina Lagoa (CH)	172.500,00	230			
3000	1000	Sicredi/Itaú	Local/Santa Helena	150.000,00	200			
2200	800	Sicredi	Local	113.250,00	151			
1500	4000	BB	Mal. Rondon	198.000,00	360			
4000	2000							
1000	3000							
3000	2000	BB	Local					Compromisso BB
3500	2500	BB	Jandaia do Sul					Agendado visita
3100	400	HSBC	Local					Vínculo familiar
1000	2000	Sicredi	Local (CH)					Compromisso Sicredi
3000	10000	Sim	BP	155.982,00	132			Pgto. de 132 func. R\$ 155.982,00
800	1500	Sicredi/BB	Local (CH)/ Astorga					Apenas com cheque
2500	1700	Sim	BP	116.706,00	265			Pgto. de 265 func. R\$ 116.706,00
		Sim	BP	207.710,00	244			Pgto. de 244 func. R\$ 207.710,00
		Sim	BP		66			Pgto. de 66 func.
1000	1300	BB	Rondon (CH)	90.000,00	160			Resistência func. em C/ C
2000	900	BB	Caixa Eletron.	150.000,00	190			Em negociação
4000	1500	BB/Itaú	Rondon	180.000,00	225			Resistência Pref. e Tesour.
2000	1000	Sim	BP/BB Paranacity	96.000,00	140			Pgto. de 44 func. R\$ 38.938,00
1000	2000	Sim	BP	78.523,00	160			Pgto. de 160 func. R\$ 78.523,00
1500	1500	BB	Nova Esperança	146.000,00	247			Em negociação
2000	3000	Sim Parc.	BP/Sicredi (Dep.)	118.000,00	129			Pgto. de 40 func. R\$ 24.000,00

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Subo à tribuna na tarde de hoje, na volta dos nossos trabalhos na Assembléia Legislativa, inicialmente para cumprimentar todos os funcionários desta Casa, todos os nobres Pares, Deputados e Deputadas estaduais e dizer da minha satisfação de poder ter feito um entendimento com o nosso candidato à Presidência da República, Senador Cristovam Buarque que, no final de semana, honrou o Paraná com a visita que fez no domingo a Curitiba e na segunda-feira ao Norte do Estado.

O Senador Cristovam Buarque está despontando com uma campanha que vai acima de uma disputa eleitoral. Ele encara como uma verdadeira causa a sua meta de conseguir implementar o projeto de educação em tempo integral como solução para os problemas que estamos vivendo.

Vejo algum tipo de colocação, na imprensa em particular, tentando empanar o brilho da visita do Senador Cristovam Buarque ao nosso Estado, dando conta que o nosso candidato ao Governo do Estado, Senador Osmar Dias, não fez campanha junto com ele. O Senador Osmar Dias, que está em Brasília, - falei hoje com ele, por duas vezes, - dá total apoio à candidatura do Senador Cristovam Buarque à Presidência da República. O Senador Osmar Dias participa, em Brasília, do esforço concentrado onde o Congresso Nacional se reúne para votar matérias urgentes para nosso país.

Tenho certeza que com a visita ao nosso Estado, o Senador Cristovam Buarque pôde difundir as idéias defendidas por ele para governar o nosso país e, também, elogiando e tendo a satisfação de ter o Senador Osmar Dias como candidato ao Governo do Estado. Para nossa satisfação, tivemos a possibilidade de conhecer mais amíúde o Senador Cristovam Buarque, um pernambucano de origem humilde, que foi Reitor da Universidade de Brasília, Governador distrital, Senador dos mais brilhantes e, agora disputa a Presidência da República.

Tenho a certeza que as pesquisas de opinião não refletem o momento e, logo após o início efetivo da campanha, com horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, o Senador Cristovam Buarque vai mostrar o seu valor e, tenho certeza, fará uma votação extremamente importante para o PDT.

Quando estávamos em Londrina, em Cambé, em Rolândia, em Arapongas e em Apucarana, no périplo que o Senador Cristovam Buarque fez pelo Norte do Estado, podíamos ver das pessoas que o cumprimentavam nas ruas que ele, realmente, é uma grande alternativa para nosso país. Muitas pessoas diziam: “o senhor pode até

não ganhar as eleições, mas é o melhor candidato.” Isso orgulha o PDT e isso faz com que tenhamos, sem dúvida nenhuma, o brilho maior de Leonel Brizola, de Darci Ribeiro, sendo focados para a campanha eleitoral de Cristóvam Buarque. Que Deus possa acompanhá-lo, que Deus possa iluminá-lo ainda mais nessa sua trajetória.

E a nossa satisfação também de estar em campanha com o Senador Osmar Dias. Estivemos em Campo Mourão, em Pitanga e também acompanhando os nossos companheiros do PDT quando fomos a Coronel Vivida junto com o Deputado Augustinho Zucchi, a Quedas do Iguaçu e tenho certeza de que a campanha se faz dessa forma, com proposições, com propostas que devem ser levadas até a população para que ela decida o que é melhor para o nosso Estado.

Então, na volta de nossos trabalhos, cumprimento aqui primeiro o Senador Osmar Dias, pela sua disposição, pelo seu denodo e em segundo, também sem menos importância, o nosso Senador, Cristovam Buarque, nosso candidato à Presidência da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Novamente o município de Apucarana se viu na relação dos municípios envolvidos na operação “sangues-suga” que é a operação que está sendo investigada pela Polícia Federal, pela CPI do Senado e pela Controladoria Geral da União. Teve em Apucarana mais de um de seus pontos de participação. O atual Prefeito da cidade, o preferido do Governador Roberto Requião, Padre Walter, que recentemente foi condenado pelo Tribunal de Contas da União por ter desviado 687 mil reais da merenda escolar, agora novamente envolvido na compra de um ônibus velho pelo valor de 98 mil reais.

Esse envolvimento se deu conforme comprovado está na licitação, que uma empresa de Cuiabá veja bem o absurdo que estamos vendo em Apucarana, uma empresa de Cuiabá vendendo um ônibus para a Saúde Pública para o município de Apucarana. E o ônibus, velho, motor fundido, para não falar uma outra palavra. E quem é o diretor da empresa de Cuiabá que vendeu o ônibus? É o Sr. Darci Vedoin, titular da operação “sangues-suga” no Brasil, que juntamente com Luís Antônio Trevisan, participaram da licitação da venda do ônibus.

E nós queremos investigar ainda mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque a saúde em Apucarana, não resta um medicamento para se dar a um doente. Consultas sendo marcadas para daqui a seis meses, um ano e, no entanto, sabemos que o SUS vem sendo repassado criteriosamente pelo Governo Federal, para atender os

municípios brasileiros. No entanto, em Apucarana, a saúde pública está doente, é um caos só. Mas, o Prefeito não deixou escapar essa verbinha da operação “sanguesuga”. Já pegou a verba da merenda escolar de 687 mil, que foi condenado no Tribunal de Contas da União. O rato comeu a merenda das crianças de Apucarana e agora o grande vampiro envolvido na operação “sanguessuga” também é denunciado. Vejam lá, uma empresa sair de Cuiabá para vir vender ônibus velho em Apucarana, é um absurdo!

Queremos a apuração de completo envolvimento de todas as pessoas que estão metidas nessa maracutaia. E o Governador do Paraná vai a Apucarana, grava um programa de televisão em uma obra que está sendo construída e no dia seguinte os trabalhadores da obra entraram em greve por não estarem recebendo o dinheiro da empresa Pavibras, que não vem pagando os salários aos trabalhadores da obra que o Governador foi até Apucarana para gravar a construção daquela escola para o programa eleitoral. E a Pavibras, que está metida em problemas aqui no Litoral do Paraná, é a construtora que está lá realizando a obra, cujos trabalhadores entraram em greve no dia seguinte, pois não recebem há noventa dias os salários - estão recebendo aquelas “orelhas de jegue”, que são vales para comprar no mercado, para comprar na venda, mas o salário que os trabalhadores deveriam receber realmente, não estão recebendo.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma vergonha o que acontece com verbas públicas repassadas ao município de Apucarana! Merenda escolar desaparece, operação “sanguessuga” leva o dinheiro da saúde do nosso povo embora, os trabalhadores de uma obra não recebem salário e têm que fazer greve para protestar contra a inadimplência da empresa e o Governo do Estado do Paraná vai a Apucarana gravar programa de televisão do PMDB - certamente viajou para lá também com o dinheiro do povo do Paraná, gastando em campanha eleitoral, que não está sendo contabilizado no TRE.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o nosso protesto e o nosso pedido de providências e amanhã vamos falar sobre a viagem do Governador à Argentina, Córdoba, ele, os seus acompanhantes e os 5.500 cartuchos que comprou, que não sabemos se é para passar esses cartuchos para o MST.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Vanderlei Iensen**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Deputado Valdir Rossoni, como Líder da Oposição, peço a sua atenção neste momento, porque venho a

esta tribuna trazer uma grande preocupação. Vimos nos últimos anos sempre ter na campanha eleitoral uma pessoa indicada ou pelo candidato ou pela Coligação Partidária, que faz o papel de arrecadação financeira. Muitos chamam de tesoureiro, como foi no caso do Delúbio, outros chamam de “homem da mala”, aquele que carrega o dinheiro para financiar a candidatura daqueles que estão disputando o processo eleitoral. E aqui quero trazer um alerta: na região dos Campos Gerais estamos vendo uma ação feita por um órgão do Governo do Estado do Paraná que está indo, por informações que temos, buscar junto a empresas daquela região, recursos financeiros em troca de benesses da lei. O órgão que aqui trago é o Instituto Ambiental do Paraná, Deputado Dobrandino.

Na região dos Campos Gerais, através de um Núcleo Regional, do Escritório Regional, estamos vendo o IAP fazer, autos de infração milionários às empresas daquela região. A empresa Batávia, a antiga Parmalat, e também a empresa Perdigão sofreram autos de infrações milionários pelo Instituto Ambiental do Paraná. Muito bem, essa empresa entrou com a sua defesa que desta forma pudesse se defender daquele auto de infração infundado, porque são valores milionários que o IAP está autuando essas empresas.

Agora, pasmem, Deputados, a informação que temos: estou aqui entrando com um pedido de informações, é que o IAP está mandando, Deputado Valdir Rossoni, indicado pelo seu Presidente, um “emissário”, o nome dele aqui eu quero deixar registrado, é Saulo. Esse homem vai aos dirigentes dessas grandes empresas, sabe fazer o quê, Deputado Dobrandino? Buscar, junto a eles, recursos para a campanha eleitoral, não sei de quem, e em troca eles acabam cancelando os autos de infrações milionários! Dizem, Deputado Valdir Rossoni, pelas informações que temos de funcionários de dentro do IAP, que o preço para aliviar a multa é 20%.

Quero encaminhar um pedido de informações para que possamos saber como está o auto de infração da empresa Batávia, e também o da empresa Perdigão. Duas grandes empresas com faturamento muito elevado, e repito, que sofreram uma autuação do IAP. E logo em seguida, dirigentes do IAP mandaram, Deputado Zucchini, um emissário, não posso afirmar, nem confirmar, mas estou aqui pedindo informações para justamente esclarecer, Saulo, não sei se é Saulo Farias, ou se é Saulo Valério, mas estão falando em nome da candidatura do Governador do Estado do Paraná e cobrando 20% do valor da autuação para poder acabar com a multa que ali foi encaminhada.

É um alerta que trago e espero que o IAP possa trazer esclarecimentos sobre exatamente o que é que está acontecendo.

Acredito que estão usando o nome do Governador para poder alavancar recursos - não sei muito bem para quem, até mesmo para a campanha eleitoral. A denúncia está feita e espero resposta o mais breve possível para poder esclarecer e acabar com esses achacadores que

estão procurando as empresas dos Campos Gerais para tomarem 20% do valor das autuações que lá acontecem.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Vanderlei Iensen**)

Próximo orador inscrito, Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apesar de sempre haver dúvidas, muita gente diz que eu faço oposição ao atual Governador, esse aí que está eleito no primeiro turno, mas hoje estou ocupando esse espaço aqui porque há um câmara-man no espaço que eu normalmente utilizo para fazer os pronunciamentos.

Sr. Presidente, Sr. Líder da Oposição, Sr. Líder do Governo, no mês passado, a pedido da APP Sindicato, apresentamos aqui um projeto de lei que discutia a equiparação salarial de professores com os servidores da educação.

Nessa discussão, a pedido do Deputado Caíto Quintana e do Deputado Dobrandino, retiramos o projeto de pauta para que houvesse um processo de negociação com o Governo. São dois projetos: um que trata da equiparação e o outro Plano de Cargos e Salários. E o projeto com todos os pareceres, pronto para ser votado, foi retirado de pauta por sete Sessões, se não me falha a memória. Foram abertos alguns canais de negociação, algumas reuniões ocorreram. Deputado Dobrandino, Deputada Elza Correia, outros Deputados, a Deputada Luciana e este Deputado, estiveram presentes buscando um caminho que fizesse justiça ao Magistério do Paraná que hoje ganham a metade do que ganha um professor de Londrina, a metade do que ganha também um servidor da mesma formação dentro do próprio Governo do Estado. Um reajuste que inclusive foi dado pelo Governo, diga-se de passagem. Importante reajuste.

Mas nenhuma negociação avançou um milímetro sequer. Mais do que isso, posições inamovíveis e negativas da presença do Secretário da Educação, o irmão do “homem”. Nada avançou e o projeto voltou à pauta, foi votado em 1ª, em 2ª, em 3ª discussão, em redação final, tudo dentro da legitimidade. E agora foi vetado pelo Governador, da sua prerrogativa. Estamos em momentos pré eleitorais e a questão que apresento, aqui, para os companheiros e companheiras é da necessidade de esta Casa, independente das posições eleitorais, de aliança, se as alianças vão prosperar na justiça ou não, mas da necessidade que temos de votar esses vetos. Senão, atrainemos para a Casa a pressão popular dos professores e servidores em educação. Um dos projetos não têm impacto financeiro algum no erário. Portanto, não haveria motivo nenhum para deixar de votar. Argumentam agora: “é inconstitucional”.

Vejam, passou por todos os trâmites, foi retirado de pauta, há uma legitimidade política, trinta Srs. Deputados estiveram aqui e votaram o projeto. Que o Governo ou o Líder do Governo apresente as suas argumentações, tudo é legítimo. Agora, a Casa, a instituição, não pode estar contaminada pelo período eleitoral. Pois que teremos, aqui, para todos distribuído de forma diferenciada...

Farei uso do Horário da Liderança.

Portanto, haveremos de tomar um posicionamento. Não nos furtemos à nossa tarefa, que é votar SIM ou votar NÃO. Lamentavelmente o voto é secreto, porque se fosse aberto, todos ficariam sabendo. Pior do que isso é nos escondermos atrás da justificativa de que estamos em eleição. Todos estamos recebendo salários, salários que o povo do Paraná nos paga, temos assessores remunerados pelo povo do Paraná, pelo tributo, sagrado tributo.

Compete-nos, portanto, neste período, votar quaisquer projetos de alta relevância que tenhamos para serem discutidos e injustificável seria postergarmos esse debate, pois, como disse, o desgaste virá, porque estamos num momento de luta, de mobilização dos professores e eles aqui estarão cobrando de nós, não o voto SIM ou o voto NÃO; cobrando a votação, a nossa obrigação para com o Magistério do Paraná, erro também, companheiros e companheiras, já tendo sido - e o Presidente Hermas Brandão nos informou que nós vão votaríamos este projeto. Um deles, Sr. Presidente, que atenderia à metade da categoria, principalmente das zeladoras, dos zeladores, secretários de escola; não tem impacto financeiro algum. Seria tratar os dois projetos igualmente, como se fosse a mesma coisa, como fez o Governo, é um erro. O Deputado Dobrandino e a Deputada Elza Correia sabem que essa questão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários para funcionários da Educação, não tem impacto financeiro algum, o que justifica o Governo vetar e mesmo assim, nós, da Assembléia ficarmos todo dia, porque todo mundo conhece os servidores da Educação, sendo cobrados, sendo tratados como fujões, porque não votamos e vai ser assim o tom. Não pelo André Vargas, não pelo Valdir Rossoni, mas, sim, pelos servidores que sonham com esse Plano. Por isso, Sr. Presidente, o apelo que faço é para que votemos pelo menos um. O ideal seria os dois.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado, permite-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado André Vargas, V. Exa. está se referindo aos projetos de sua autoria e que foram vetados pelo Governador. Não é uma questão de vontade de votar, é uma questão de respeitar a lei. Nós temos quinze dias, quinze Sessões para votar e por esta razão, teremos uma reunião logo após e acredito que estará em pauta a discussão dos dias que teremos Sessões a partir de agora, devido às eleições, e temos que estar atentos. Temos que ter Sessão nas segundas, terças e quartas-feiras para contarmos as quinze Sessões e podermos votar este veto que é de fundamental importância, porque eu alertei, no dia

que votamos aqui, que estávamos fazendo um jogo de cena. Nós aprovaríamos o projeto, seria vetado pelo Sr. Governador e nós, no voto secreto, lá dentro da urna indevassável, derrubaríamos o veto. Nós não, porque queremos derrubar o veto. Então, por esta razão, temos que estar atentos ao número de Sessões para que possamos votá-lo ainda este mês.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

É exatamente esse o argumento, Sr. Líder do futuro Governo, talvez, do Governo Flávio Arns, Governo Rubens Bueno ou Governo Osmar Dias, mais do Osmar Dias. Eu não poderia ter essa oportunidade de ser Líder do Governo, porque eu, ou estarei em Londrina descansando ou estarei em Brasília trabalhando. Veja, é exatamente isso: que se cumpra o Regimento. Qual justificativa daríamos, nós, enquanto instituição, enquanto V. Exa. fala que não derrubaríamos, é exatamente isso. Eles não derrubariam, mas aí, é responsabilidade de cada um. Cada um responde pelo que faz. Eu não tenho problema nenhum. Já votamos aqui, já perdemos, já ganhamos. Perdemos mais do que ganhamos. Isso é tudo normal.

O anormal é, nós da Assembléia, chamarmos a responsabilidade para nós, a pressão, pois que essa discussão que foi adiantada na imprensa que não votaríamos, veja, temos que ter uma discussão sobre isso. O apelo que faço é nesse caminho, sem entrar no mérito dos projetos, se era constitucional ou não era, tudo aconteceu já. Quem tinha que se pronunciar já se pronunciou. Pega o microfone, como faz o Deputado Anibelli às vezes, tem o desgaste, fala e tem posição. Agora, quem não falou, quem até não votou favorável e agora, pelos cantos, dizendo “ah, porque é inconstitucional; ah, porque não dá”. Quem falou tem o direito de continuar falando. Quem não falou, fale agora.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

V. Exa. citou meu nome, eu estava meio distraído. De qual veto V. Exa. está falando?

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Do 149150.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Ah, pensei que V. Exa. estava se referindo ao veto dos aposentados, em Brasília, que o Lula vetou.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Mas, é que eu sou Deputado Estadual. Não sei se V. Exa. se lembra, só serei Deputado Federal o ano que vem e mais do que isso: quando me elegi fiz um juramento, aqui. É este juramento que estou tentando dar conta. Se. V. Exa. está dando conta...

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Eu tive o privilégio de ser Deputado Federal na época da Revolução e jamais votei contra os aposentados

do meu Brasil. E tenho certeza, Deputado André Vargas, pela sua luta, de que V. Exa. será eleito e irá para Brasília e não se submeterá, se o Lula for eleito, a esses critérios mesquinhos, de prejudicar nossos aposentados, porque conheço sua figura, e é um guerreiro!

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

V. Exa. foi elogiado, aqui, porque teve posição e várias vezes foi bastante popular perante os professores, a categoria mobilizada. Realmente, acho que não devemos ser serviçais de governo, vassalos de governo, qualquer que seja, não devemos nos ajoelhar aos tiranos de plantão, porque é exatamente aí que está o problema da política. Agora, o julgamento disto, qual o peso que se dá, atribuído a quem, compete à consciência de cada um.

O que peço, aqui - e não estou pedindo voto “a” ou “b”, para este ou para aquele lado - é que a Casa cumpra sua função. Nós não podemos ter medo de pressão popular. Quem tiver que votar contra, vote. Fale. Tenha posição. Nós fomos eleitos para isso. E quem acha que vai ser reeleito se omitindo, pode ter um ledão engano.

Portanto, o apelo que faço, Sr. Presidente, é que venha à pauta o Projeto nº 149150, que a Casa não chame para si uma responsabilidade que não lhe cabe, mas, sim, que cumpra suas funções. Nós somos pagos - e bem pagos! - para votar e votar os projetos mais importantes. Não só Utilidade Pública deste ou daquele. Projetos importantes têm que ser votados. Sim, ou não.

Coragem, Assembléia!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Vanderlei Iensen)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças, concedendo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini, do Bloco PP/PSB.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dado ao clamor popular, volto a falar sobre a “operação sanguessuga”, lá em Apucarana. Muita gente não ouviu e veio perguntar porque não acredita, até, que a administração do Padre Valter, um homem que se diz tão cristão, esteja envolvida em tanta coisa, como estas que estamos falando.

Condenação pelo Tribunal de Contas da União no valor de 687 mil reais por desvio e aplicação irregular de merenda escolar. Merenda escolar deveria estar nas escolas, na boca das crianças, nas creches. E ao invés de merenda escolar, vimos, apenas, a compra de notas fiscais frias para calçar a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União.

Agora, logo em seguida a “operação sanguessuga”, o grande vampiro de Apucarana, também não deixou de dar sua pequena “voada” nesta operação famosa que está levando o Brasil inteiro a tomar conhecimento dos desvios de verbas da área da saúde.

Uma Prefeitura, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, no interior do Paraná, comprar ônibus de uma empresa de Cuiabá, Mato Grosso, na verdade comprou uma nota fiscal, porque o ônibus, se tivesse que vir rodando de Cuiabá para Apucarana certamente se perderia no meio do cerrado matogrossense e não chegaria a Apucarana porque não tem condições de praticar uma pequena viagem, quiçá uma maior.

Esta é a realidade da administração Municipal de Apucarana. O que nós estamos vendo é um verdadeiro desmando, a cidade é uma buraqueira só, não temos outra coisa a falar a não vir aqui para denunciar e levar isso para conhecimento da população. O Prefeito atual contratou um advogado para responder alguns processos que ele está envolvido pessoalmente e outros que o Município também está envolvido, e pagou para este advogado, conhecido lá na região de Campina da Lagoa e Roncador, porque era irmão do Prefeito de Campina da Lagoa e do Prefeito de Roncador, o Sr. Francisco Andreolli, foi contratado pelo município de Apucarana pelo valor de 650 mil reais. Levamos a denúncia ao Tribunal de Contas, Deputado Rossoni, e o parecer do Tribunal de Contas é pela responsabilização do Prefeito e do advogado, Dr. Francisco Andreolli, porque além de receber 650 mil reais do município de Apucarana ainda sonegaram o imposto de renda que teria que ficar retido na fonte de 27.5%, que praticaram uma sonegação contra a União, e isso é crime Federal, Deputado Hermas Brandão, que está ausente da Presidência, mas está ouvindo a nossa colocação.

Seiscentos e cinquenta mil reais foi para esse outro “sanguessuga”, advogado e engenheiro civil, que você não sabe se é engenheiro ou se é advogado, porque uma hora ele aparece contestando ações e em outra ele aparece vendendo notas fiscais para municípios da região e ao município em que o seu próprio irmão era Prefeito como é Campina da Lagoa e Roncador. Isso é uma verdadeira vergonha, é uma afronta ao povo um administrador público, como é o caso do Prefeito de Apucarana, o vigário Padre Valter Pegorer, fazer um escândalo com o dinheiro arrecadado às duras penas do povo de Apucarana. Merenda escolar desviada, operação sanguessuga, advogado com contrato milionário contratado pelo município de Apucarana enquanto a Procuradoria Municipal é formada por mais de dez advogados, e como se não bastasse aqueles advogados da Procuradoria Municipal, temos lá na cidade 232 profissionais credenciados pela OAB que poderiam eventualmente serem chamados a trabalhar pelo Município. Mas não, foi contratar um advogado de fora, ao peso de ouro, 650 mil reais, que além de pagar essa fortuna ainda sonegaram o imposto de renda. O Procurador do Tribunal de Contas escreveu e pediu

para que fosse mandado aos Promotores Públicos para que esses tomassem as devidas providências com relação à sonegação fiscal, a falta de concorrência para contratar o advogado, e isso está rodando já via Procuradoria-Geral de Justiça para responsabilizar o advogado e o Prefeito de Apucarana por esse contrato milionário.

Agora, com relação à operação sanguessuga, qual o interesse que teria uma empresa de Cuiabá em vender ônibus em Apucarana? É desvio de dinheiro, desvio de verba, é corrupção. E queremos a apuração. Queremos também que o povo do Paraná fique sabendo disso, porque o filho do atual Prefeito que fez todas essas falcaturas é candidato a Deputado estadual e preside uma ONG. A ONG “Mudar o Mundo”. Mudar o mundo, sim, acabar com esses ladrões da operação sanguessuga. Mudar o mundo, sim, acabar com esses ladrões que roubaram a merenda escolar de criança. Mudar o mundo, sim, acabar com esses ladrões que contratam advogados com contratos milionários de uma maneira ilícita, para um município que tem os seus Procuradores. É um descarado ato de corrupção.

Esse Prefeito de Apucarana é o Prefeito do Sr. Governador Roberto Requião. É o preferido do Governador que estava até há poucos dias atrás sozinho como candidato ao Governo do Paraná.

Fui ao candidato, Sr. Osmar Dias, e disse a ele, como estou dizendo a todo o Paraná, no segundo turno não podemos aceitar o apoio do Governador Roberto Requião. Vamos para a vitória e não vamos aceitar o seu apoio.

Espero que o Governador, que está derrotado, prepare o Palácio Iguaçu para entregar ao futuro Governador do Paraná, Osmar Dias.

Queremos ver as contas em dia. Ver as mudanças serem realizadas na Granja do Canguiri. Queremos a mudança no Porto de Paranaguá e a mudança do Superintendente que não foi bem aceito pelo povo parnanguara. Queremos a mudança da Secretaria da Educação, no Protopar e em tantos outros órgãos onde estão instalados os membros da família Requião de Mello e Silva.

A eleição no Paraná está caminhando para a vitória do Osmar Dias. A derrota do atual Governador é iminente. Em todos os cantos é uma voz só. Vamos acabar com o truculento. Vamos acabar com a mentira. Vamos acabar com as promessas não cumpridas. Os Prefeitos estão começando a dar o troco. Estive na região do Vale do Ivaí e pude constatar: Prefeitos que não foram recebidos, atendidos, agora o Governador começou a jogar beijinhos. É o Requião “I love you”. É o Requião distribuindo até rosas para as crianças. Ninguém acredita, mas é verdade. Os Prefeitos que ficaram sem a liberação de nada, a não ser empréstimos que tinham direito, agora vão dar o troco.

O futuro Governador irá fazer um governo democrático e transparente, ao contrário deste que aí está.

Abaixo o “sanguessuga”!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Vanderlei Iensen**)

Bloco PTB/PL/PRB. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acompanhava o pronunciamento do Deputado Plauto Miró que trazia a esta tribuna uma denúncia envolvendo o escritório do IAP da cidade de Ponta Grossa, que congrega toda região dos Campos Gerais, que tem o comando daquela região.

Acho que neste momento de eleições precisamos ter muita responsabilidade ao fazermos os pronunciamentos nesta Casa, porque senão estaremos correndo o risco de acusar pessoas indevidamente. Se existe alguma denúncia, algum tipo de favorecimento, algum tipo de crime que está sendo cometido por algum funcionário público isso deve ser feito depois de checar o caso.

Vi o Deputado Plauto fazendo destaque à chefe do IAP de Ponta Grossa, ela que está comandando o IAP, uma funcionária de carreira do Instituto Ambiental do Paraná, de muita responsabilidade, de um passado de responsabilidade, uma funcionária que tem tido a devida responsabilidade, que ao assumir o Instituto Ambiental de Ponta Grossa encontrou muitas irregularidades, fez de acordo como determina a lei e tomou as providências necessárias. Vejo, agora, o Deputado Plauto falar de denúncias envolvendo muitas proferidas pelo IAP na região de Ponta Grossa, às quais fui buscar informações e, segundo as informações que tenho, a Perdigão e a Batavo foram multadas porque estão jogando o resíduo da indústria criminosa num rio na região de Carambeí.

Estamos vivendo uma seca muito grande e isso tem muito a ver com o nosso meio ambiente. Estamos vivendo a pior seca da história deste Paraná e isso se deve aos males feitos à natureza. O IAP proferiu muitas a essas empresas por estarem poluindo o meio ambiente, inclusive uma dessas empresas assumiu um termo de compromisso e não cumpriu. Se recorrer da decisão, se a empresa recuperar o dano, quem conhece a legislação ambiental sabe disso, a empresa tem 90% de redução das multas, isto é, se ela corrigir o mal que fez ao meio ambiente.

Então, se ela sujou, se ela contaminou, ela tem obrigação de limpar e, em cima disso, receberá a redução de até 90% das multas aplicadas pelo IAP.

Quanto aos autos, como determina a lei, devem ser encaminhados para Curitiba, para o Departamento de Fiscalização do IAP, e uma cópia imediatamente deve ser mandada ao Ministério Público da cidade de Castro, e foi o que fez o IAP lá de Ponta Grossa, na pessoa da Sra. Helma Romanon.

Estou fazendo essa defesa porque ela não foi uma indicação política de ninguém. No passado recente tive-

mos indicações políticas, no próprio IAP de Ponta Grossa. Desta vez a indicação da Dra. Elma é uma indicação técnica do IAP.

Até aqui tenho acompanhado o seu trabalho e ela tem feito um grande trabalho em favor dos Campos Gerais. Tem sido de um compromisso muito sério com a região.

O Deputado Plauto chega aqui agora, gostaria de dizer que a cópia desses autos foram encaminhados ao Ministério Público de Castro que é a Comarca da cidade de Carambeí. E que os autos também vieram como determina a lei, para o Departamento de Fiscalização, aqui na capital do Estado.

Quanto ao Deputado, as pessoas que V. Exa. disse aqui que estão a buscar ajuda de campanha em nome do Instituto Ambiental do Paraná, não acredito. Quero dizer ao senhor que conheço a Dra. Elma e que não acredito que haja aqui de Curitiba alguma indicação para fazer isso. Se alguém fez isso, V. Exa. tem por obrigação de exigir da própria Polícia Civil a abertura de um inquérito lá na Comarca, para que essa pessoa que veio buscar recursos em nome do atual Governo, seja responsabilizada. Porque não acredito que o Diretor do IAP, o Raska Rodrigues, tenha autorizado qualquer tipo de conduta desse lado, como falou V. Exa.

Lamento profundamente essas suas afirmações, porque primeiro, conheço a Dra. Elma. Aprendi a conhecê-la nesses anos em Ponta Grossa. Ela está moralizando o IAP.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Um aparte. Você está numa linha errada, Deputado. Não escutou o que falei.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Escutei absolutamente, o que V. Exa. falou.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deixe-me responder. Citei um tal de Saulo mandado para aquela região pela Raska.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. falou do Departamento de Ponta Grossa. Pode pegar as notas taquigráficas. V. Exa. falou do Instituto de Ponta Grossa. E não acredito também que o Chefe do IAP tenha mandado fazer isso, e a acusação de V. Exa. é muito séria. V. Exa. está acusando uma pessoa...

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Fiz um pedido de informações e espero que o IAP me responda. Quero saber como foi que funcionou. Tem os autos e daí voltaram atrás dos autos, sendo que as empresas não fizeram ajustes por elas assumidos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para finalizar, Sr. Presidente, só para dizer ao Deputado Plauto, que acho que é um direito de V. Exa.

cobrar aqui nesta Casa todo tipo de documentação. Agora, não acho justo V. Exa. dizer aqui que: O Presidente do IAP mandou buscar doações para a campanha do atual Governo.

Não vou concordar com V. Exa. Está faltando lealdade da sua parte, a verdade. A não ser que V. Exa. tenha uma prova de que alguém fez isso e que é mandado pelo chefe do IAP aqui de Curitiba.

Voto favorável a seu pedido de informação, como já estou lhe dizendo que os autos vieram para o Departamento de Fiscalização aqui de Curitiba e para o Ministério Público em Castro. Está lá. O que está no Ministério Público não pode ser mudado.

Então, queria fazer essa colocação aqui, até porque sei quem está diante do IAP de Ponta Grossa hoje, não é uma indicação política.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Não tem nada com Ponta Grossa. Estou falando que é Curitiba, você está pegando outro caminho. Está querendo agradar à chefe de núcleo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. falou do núcleo de Ponta Grossa.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Escute as notas taquigráficas.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

E o senhor falou também que o chefe aqui de Curitiba mandou buscar recursos para a campanha de Governador.

Acho que esta Casa não pode, neste momento, Srs. Deputados, fazer acusações sem fundamento. Porque senão, daqui a pouco virá um “denuncismo” e depois não se tem como provar. Porque para jogar o nome das pessoas para o alto, é muito fácil. Depois para recuperar o bem, principalmente em época de eleição, é muito difícil.

Muita atenção neste momento. Acho que se tem alguma acusação, deve ser feita com documentos, com provas e não só aqui da tribuna. Volto a dizer, Deputado Plauto, nada pessoal contra V. Exa. Se V. Exa. tem alguma prova, deve apresentar à polícia e não como o senhor fez aqui, fazendo uma acusação sem fundamento.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlei Iensen)

No Horário da Liderança do PFL, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vim a esta tribuna e reafirmo: um pedido de informações foi encaminhado para esta Casa poder saber em

que situação estão os autos de infração que foram lavrados em cima da empresa Perdigão e da empresa Batavia. Deputado Nereu Moura, 1º Secretário da Casa, multas milionárias! A informação que tivemos é que para em cima dessas multas, foi encaminhado a essas empresas uma pessoa para amenizar o problema ou melhor, diminuir o valor da infração. Então, o que fizemos?

Um pedido de informações para que possamos esclarecer. Agora, Deputado Jocelito, é o “Samba do Crioulo Doido” que virou dentro do IAP, infelizmente, porque a autuação no Estado inteiro é uma coisa impressionante, os valores das multas que estão sendo dadas às empresas. No município de Palmeira, dias atrás, um curtume que tinha a sua estação de tratamento, um empreendimento que não vale mais que um milhão de reais, sofreu uma multa de mais de dois milhões de reais do IAP de Ponta Grossa. O camarada disse: olha, está entregue e venham administrar aqui; só assumam minhas dívidas que tenho junto aos bancos, porque o negócio é de vocês!

Então, são ações que estão sendo feitas “sem pé nem cabeça”. Disse aqui e o senhor veja nas notas taquigráficas, que estão mandando diretamente de Curitiba emissários para conversar com empresas que foram autuadas, passando por cima do Núcleo Regional dos Campos Gerais, para tentar diretamente discutir qual a saída para se fazer esses “ajustes”. E o pedido de informações é justamente por isso: para não incriminar diretamente ninguém. Tem cheiro de enxofre no ar e isso é sinal que tem coisa errada. E digo: a informação veio de dentro do IAP. Sempre dentro dos órgãos tem aqueles que estão do lado dos que estão no Poder e aqueles que são preteridos, que são aliçados, que são colocados para escanteio dentro dos órgãos do Governo, quando muda um Governo para o outro e esses que lá estão acabam fiscalizando e denunciando para nós, parlamentares, que estamos na Oposição. Deputado Jocelito, no Governo anterior o senhor era Oposição ao Lerner na rádio e qualquer coisa que levam lá, fazia-se um carnaval no microfone que a região inteira dos Campos Gerais ouvia.

Então, a denúncia é isso, a Oposição serve para isso: para questionar, para denunciar, para cobrar, para apontar e quando nos trazem uma denúncia, não fico quieto. Estou aqui trazendo e fazendo um pedido de informação para saber exatamente o que está acontecendo e caso se confirme, daí sim, esse moço, Presidente do IAP, esse tal de emissário que não sei se é Farias ou Valério o sobrenome dele, que chegou a informação que está indo conversar com os dirigentes dessas grande empresas, vai sentar na cadeirinha aqui na Assembléia, em uma CPI, para poder explicar se realmente tiver problema. Mas, primeiro está ali o pedido de informações. Vamos nos informar e se confirmar, aqui vamos sentar, e tenho certeza que o Requião não sabe de nada disso, Deputado Dobrandino. Se está acontecendo esse tipo de irregularidade, com certeza ele não sabe, porque não é possível ele saber, ele que sempre posou como moralista, uma pessoa

que nunca deixou ninguém desviar recursos no seu Governo, estar agora embaixo do seu nariz, usando a campanha eleitoral do Requião para buscar recursos junto a empresas que estão sendo autuadas no Estado do Paraná.

Estou aqui trazendo a denúncia, pedindo informações para daí sim, agir. E se confirmar tudo isso, quero ver o Presidente do IAP, quero ver esse moço que trouxeram o nome, sentado aqui e respondendo.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado, eu só queria dizer a V. Exa. que eu concordo com o seu requerimento; estou com ele em mãos, o senhor requer informações a respeito do estágio onde estão essas infrações, e realmente está aqui no seu requerimento, eu vou votar favorável. Agora, Deputado Plauto, eu só acho que não devemos colocar a carroça na frente dos bois. V. Exa. faz o pedido. Eu acho que no momento em que V. Exa. receber os pedidos e tiver como analisar os pedidos, aí V. Exa. pode até fazer um comentário e encaminhar qualquer tipo de denúncia contra esses funcionários. Agora, V. Exa. está fazendo algo que não é correto: está julgando antes da hora, voltou a acusar agora, aqui, e acaba de dizer que quer o Presidente do IAP em um banquinho, aqui no banquinho da Assembléia.

Mas, Deputado, V. Exa. está jogando no lixo a vida dele! Não é assim que se faz! V. Exa. está errado ao fazer esse pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Presidente Iensen, eu cedi o horário da Liderança da Oposição ao ilustre Parlamentar, mas, ou V. Exa. reserva aí os apertes que está nos concedendo, senão fica difícil o debate.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlei Iensen)

Está assegurada a palavra ao orador.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço. O Deputado Dobrandino pediu antes que eu. Concedo ao Deputado Dobrandino e depois eu faço.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Obrigado, Deputado Plauto, Deputado Rossoni.

Olha, Deputado Plauto, eu ouvi com atenção o seu pronunciamento, já li o seu requerimento; vamos votar favorável ao requerimento, será aprovado aqui na Casa.

É uma obrigação do Deputado, acho que está correto quando faz isso; somos fiscalizadores e não tem por que não deixar passar um requerimento como esse. Mas, diria o seguinte: o IAP é um órgão fiscalizador do Estado. Não é a primeira vez que ouço e as pessoas chegam até nós reclamando de multas severas do IAP, e é uma obrigação deles, estão lá para isso. Eu não vejo, na verdade, o porquê de nós não contestarmos, fiscalizarmos. Mas, tudo

isso, até aí tudo bem, o IAP foi, autuou, acho que é um ato normal do órgão público do Estado, de responsabilidade, conheço os dirigentes. Agora, assusta-me um pouco quando V. Exa. afirma que mandam daqui direto sem passar na sucursal de Ponta Grossa, ir direto buscar dinheiro na empresa, pode ser para a campanha do Governo, V. Exa. não afirma que é, mas poderá ser, realmente é preocupante para nós. E o Governo, é claro que não sabe. Agora, eles do IAP sabem o Governador que eles têm e que nós temos, que não admite, de forma nenhuma, esse tipo de coisa. Até hoje eu acompanho o trabalho do IAP, eles fazem um trabalho grande no Estado, o Requião é favorável que se puna aqueles que poluem o meio ambiente, tem sido severo nisso. Mas: é bom que aproveite dessa oportunidade, aprova-se o requerimento, vão responder, vão fiscalizar.

Só pediria a V. Exa. nós não podemos, na verdade, fazer nenhuma afirmação que depois, daqui a pouco, vamos ter que provar. Porque veja bem, Deputado Plauto, se o IAP, se a Secretaria do Meio Ambiente faz uma autuação a essa ou qualquer empresa, a empresa tem todo o direito de recorrer da decisão, não é coisa já engessada, uma multa como essa tem que pagar. Daqui a pouco a empresa recorre e vai ganhar o direito de dizer que não procedia a multa do IAP. Então, imagino que o IAP também não faria qualquer coisa irregular, cometendo um crime, ainda mais para pegar dinheiro. De qualquer maneira, vamos aprovar o requerimento, vamos aguardar o desenrolar dessa questão.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Só, Deputado Dobrandino, para deixar registrado: falei claramente que o processo de autuação aconteceu, as empresas foram penalizadas com multas milionárias, foram chamadas para Curitiba essas autuações, o Deputado Jocelito confirmou isso, e que, deixei claro aqui, houveram pessoas que fizeram a denúncia de que Curitiba estaria mandando emissários conversar com dirigentes de empresas.

E fiz um pedido de informações para saber em que situação estão essas autuações. E se for verdade, eles têm que vir à CPI aqui na Casa.

Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição

Faço uso do horário da Liderança das Oposições.

Tenho certeza, Deputado Dobrandino, que se confirmado, vamos chamar para investigar. E o Governador Requião vai afastá-los do cargo que eles ocupam, porque ele sempre agiu desta forma com denúncias em cima de dirigentes, de funcionários do seu Governo. E assim espero que aconteça. Agora, se pensam que vai correr frouxo essa folia que virou o órgão ambiental do Estado do Paraná, taxando multas irresponsáveis em cima de indústria e empresas do nosso Estado, e nós da Oposição recebendo denúncias de que tem coisa errada, iremos

ficar quietos, de jeito nenhum! Podem gritar, podem esperar, podem fazer o que quiserem, nós vamos denunciar e vamos investigar! Aprendi a fazer isso com o Deputado Nereu Moura, aprendi a fazer isso com os Parlamentares que no Governo passado eram Oposição, o PT, principalmente, o PMDB, o Deputado Caíto era o que mais denunciava, Deputado Vanhoni denunciava, uma denúncia atrás da outra. Este é o papel da Oposição. Eles denunciaram e agora eles têm que defender. O Deputado Dobrandino está defendendo e estamos fazendo o nosso papel democrático que é trazer o problema, buscar informação e denunciar.

Tenho certeza que se estava acontecendo isso, não vai acontecer mais, Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

V. Exa. terminou o seu pronunciamento com o que eu queria dizer. É claro que essa informação V. Exa. deve ter recebido de alguém que foi penalizado por esta multa. Só o alerta que V. Exa. está fazendo da tribuna. V. Exa. já prestou um serviço para o povo paranaense, porque esses funcionários, se estão trabalhando desta forma, se estão fazendo uso do instituto ambiental até para arrecadar recursos para eles mesmos, porque parece um bando de espertos neste momento.

Quero dizer que V. Exa. não cometeu nenhuma hereesia. V. Exa. agiu como Parlamentar, temos que agir desta forma, temos que denunciar, porque estamos colaborando com a governabilidade. Sempre tenho falado, eu me adaptei muito bem na Oposição, porque acho que eu contribuo fazendo Oposição e fiscalizando e não fazendo pré-julgamento. Queremos as informações, se for o caso vai à Justiça, se for o caso intima-se na Assembléia. É esse o nosso papel e não exercermos às vezes a nossa função, é que estamos na situação que estamos perante a opinião pública.

Então, Deputado Plauto, ouvi o seu pronunciamento, ouvi o seu pedido de requerimento e concordo com V. Exa. Quero tranquilizá-lo e dizer que V. Exa. não cometeu nada de irregular, é a sua função e como é bom ver um Parlamentar que tem a coragem de subir à tribuna e trazer essas situações, porque não é só em Ponta Grossa que acontece isso, está acontecendo no Paraná inteiro as barbaridades cometidas pelo IAP e pelos fiscais do IAP; eles têm poder de polícia, eles entram nas propriedades dos agricultores com armas em punho, como se naquela casa do agricultor estivesse um bandido, um traficante. E lá tem um homem de família.

É um compromisso que estou assumindo com a população do Paraná: se vencermos as eleições, haverá fiscalização, sim, mas, para chegar na casa do agricultor não precisa entrar armado, é só entrar com respeito, porque dentro da casa de um empresário, dentro do escritório de um empresário, dentro da residência de um agricultor mora um homem de bem, mora um homem que trabalha, não mora um marginal para ser tratado da forma como o IAP está tratando as pessoas que eles fisca-

lizam. É isto que temos que nos preocupar, e é esta questão que temos que levantar.

Conte com este seu companheiro Parlamentar, para todas essas situações, porque nós conhecemos a realidade da atuação do IAP. Como V. Exa. diz: é uma bagunça, é uma exorbitância de poder, é um exagero e hoje no Paraná quase não se consegue trabalhar, porque não sabemos que lei respeitar, porque nem eles sabem qual é a lei que eles estão exigindo.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Para encerrar e para que todos saibam: um fiscal do IAP ganha em torno de setecentos, oitocentos reais e ele tem uma caneta que pode autuar uma empresa em até cinquenta milhões de reais. Vejam, ganha setecentos reais e pode autuar uma empresa em cinquenta milhões de reais! Tem um clima mais favorável, um solo mais favorável, uma situação mais favorável do que ter um envolvimento de corrupção dentro de um órgão desses? Repito, um funcionário que ganha setecentos, oitocentos, mil reais por mês, tem uma caneta para multar a Klabin do Paraná, para multar a Sadia, para multar a Perdigão em cinquenta milhões de reais!

É uma situação delicada. É um órgão que tem que ser fiscalizado e estou cumprindo com o meu dever. Não incriminei ninguém. Disse, sim, que tem denúncia. Estou pedindo informações para que daqui possamos fiscalizar. Esse é o nosso papel e não vamos deixar de fazer. Repito, aprendi com o PT e com o PMDB como se faz oposição e aquilo que aprendemos com vocês, estamos fazendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PSDB. PMDB. Deputado Dobrandino.

Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Vou ceder o horário da Liderança do Governo, Deputado Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Obrigado. Só para não deixar passar em branco a fala do Deputado Plauto Miró, quando ele faz um questionamento do salário irrisório dos funcionários do IAP, de setecentos reais, e que isso os deixa sujeitos a aceitarem propinas ou corrupção, que é baixo o salário, é inquestionável, que tem que melhorar o salário, tem que melhorar, mas daí a afirmar que isso deixa vulnerável à corrupção, não posso aceitar e tenho certeza que nem o Líder do Governo aceita tal acusação.

Os funcionários do IAP são pessoas sérias, honestas, estão sofrendo com baixos salários, mas não é com isso que vão se vender e autuar empresas, fazendo dessas

autuações parte do seu ganho, do seu ganha pão. Os funcionários merecem respeito, e que em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, dizer que não aceitamos esse tipo de insinuação em relação aos funcionários daquele órgão. Reafirmo que ganham mal, sim. Temos que ajudar a fazer com que melhore o salário daqueles técnicos, mas não podemos aceitar que os maus salários levem à corrupção. São pessoas sérias e honestas e até que provem o contrário ou até que alguém tenha uma denúncia concreta, prefiro acreditar e dizer que são trabalhadores e eles têm todo o nosso respeito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Líder do PMDB cedeu o horário da Liderança do Deputado Stica.

Liderança do Governo: Deputado Natálio Stica (PT)

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite-me um aparte, Deputado Stica?

(Assentimento)

Sr. Presidente, só para concluir essa discussão, dizer que aqui ninguém é professor de Deus, apesar de que algumas pessoas acham que, por terem mais mandatos que outras, são professores de Deus. Cada um que chega neste Parlamento, nesta Casa, vem qualificado com os votos da população. Uns vêm mandados pelos intelectuais, outros vêm pelos jacus como nós chamamos, mas vêm de vários segmentos e formam o Parlamento desta Casa e o saudoso Anibal Khury dizia que todos que chegam aqui, ninguém é bobo. Todos que chegam aqui chegam preparados para exercer da sua forma, o mandato. Infelizmente vemos aqui alguns querendo ser professores de Deus e em alguns momentos fazendo acusações e é aquela história que se aprende lá na infância: quando alguém manda você se jogar no poço, você se joga? Eu aprendi com os outros e então ou outros se jogaram no poço também vou me jogar, ou se alguém me atacou, também vou atacar. Esse é o caminho. Não é justo, não.

Volto a dizer, o Deputado Plauto tem todo o direito de fazer o requerimento. Acho que esse é o dever do Parlamento: questionar, fiscalizar. Mas, o dever da Oposição séria, direita, é de buscar primeiro a documentação, para depois fazer a acusação. Não se pode, antes de se ter os documentos, atacar alguém, porque senão, faz-se um pré-julgamento antes da hora, ataca-se a moral das pessoas, machuca-se o direito das famílias, dos filhos daquelas pessoas, e aquelas pessoas não devem nada. Quem paga aquele prejuízo que aquela pessoa teve?

Então, não sou daqueles que se jogam no poço quando alguém mandou. Sou daqueles que têm que buscar a documentação. E se no passado fiz algumas críticas, pode ter certeza, foram todas com fundamento, com

documentação. E até acho que a colocação do Deputado Plauto de buscar os documentos, é correta. Vou votar a favor, porque acho que temos que fiscalizar, este é o papel da Assembléia. Agora, acho que não podemos acusar as pessoas, fazer acusação, porque num passado recente, Deputado Plauto, o IAP de Ponta Grossa passou por maus momentos, momentos difíceis, momentos de acusações graves, pessoas foram afastadas, foram colocadas para fora do IAP. E não teve CPI nenhuma nesta Casa!

Recentemente recebi um pedido de informação muito preocupante sobre o passado do IAP do Paraná que ainda estou analisando. É preocupante. E algumas pessoas que se sentem professores de Deus, por que não fiscalizaram quando deviam?

Era isto o que eu queria deixar claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e dizer que vou votar a favor do requerimento do Deputado Plauto, até porque acho que as acusações têm que ter fundamento. Se se acusa alguém, tem que provar. Não se pode - e chamo a atenção, mais uma vez, nesta Casa - estamos num momento de eleição. É momento de reflexão, é momento de se ter o devido respeito quando tiver acusações a fazer, com provas, porque senão daqui a pouco isto vira um "denuncismo" e isto prejudica principalmente o Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 42 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, memorando de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB, indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Reforma de Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 53/06, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao *caput* do artigo 185 da Constituição Estadual, e inclui artigo 60, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Antes de entrarmos na votação dos projetos, quero esclarecer ao Deputado André Vargas e aos demais Parlamentares, que os vetos do Sr. Governador que foram efetuados durante o nosso recesso, serão encaminhados normalmente à CCJ, posteriormente virão a Plenário, serão encaminhados, não ficarão na gaveta do Presidente, serão encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Caiuá o imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM SUBSTITUTIVO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, assegurando à pessoa portadora de deficiência física, mental, ou sensorial, a prioridade de vaga em escola pública estadual que seja localizada mais próxima de sua residência e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP e CECECT. (Publ. no DA nº 095/05, de 13/09/05).

Como a Deputada Arlete não está em plenário, dentro daquele acordo que fizemos entre as lideranças, está retirado da pauta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 553/05

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria da Deputada Arlete Caramês, o Projeto de Lei nº 553/05, visa assegurar com prioridade, vagas em escolas públicas estaduais para portadores de deficiência física, mental ou sensorial e que sejam próximas à sua residência.

Em sua justificativa, a autoria comenta que *o portador de necessidades especiais já enfrenta diversas dificuldades na sua vida cotidiana por conta da deficiência que possui, cabendo ao poder público a realização de políticas públicas que possibilitem o pleno exercício de seus direitos.*

O projeto de lei, dentro de uma agenda positiva de inclusão, localiza-se entre aquelas de importância na atuação do Estado. A própria autora diz que *dependendo do tipo de deficiência, a distância do estabelecimento de ensino da residência do aluno, ou mesmo da dificuldade de transporte por meio de transporte coletivo, pode fazer com que o aluno fique fora da escola.*

Da Constitucionalidade e Legalidade

A Carta Magna dispõe que:

Art. 23: É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Ainda a nossa Carta Constitucional enaltece a educação como direito de todos e dever do Estado:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sob o aspecto formal o Projeto de Lei nº 553/05 se encontra adequado ao que prevê a LC 95/98.

Do Voto

Seja do ângulo de políticas de inclusão social, seja na moderna vertente de leitura segundo a Constituição, o Projeto de Lei nº 553/05 se encontra em condições de ser submetido ao Plenário da Assembléia Legislativa, razão pela qual argumento pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.11.05.

(aa) RATINHO JÚNIOR

Presidente em exercício e Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 553/05

P A R E C E R :

Dos Fatos e da Fundamentação

O presente projeto, de autoria da Deputada Arlete Caramês, visa assegurar à pessoa portadora de deficiência física, mental, ou sensorial, a prioridade de vaga em

escola pública estadual que seja localizada mais próxima de sua residência e dá outras providências.

Do Parecer

Preliminarmente deve-se ressaltar que a função de promoção da Saúde e Assistência Social é de competência comum dos três entes federativos, conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo 23, inciso II.

O projeto ora em análise busca contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos portadores de deficiência física, mental ou sensorial, possibilitando-lhes permanecer próximos de suas residências para cursar seus estudos, o que vem ao encontro da necessidade da sociedade quanto à elaboração de políticas diferenciadas de tratamento para esta parcela da população.

Isto posto, somos favoráveis à regular tramitação da proposta.

Sala das Comissões, em 14.12.05.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 553/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Arlete Caramês, assegura à pessoa portadora de deficiência física, mental, ou sensorial, a prioridade de vaga em escola pública estadual que seja localizada mais próxima de sua residência e dá outras providências.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer favorável do Deputado Ratinho Júnior. A Comissão de Saúde Pública, através do Relator Deputado Neivo Beraldin, se manifestou favoravelmente à tramitação da proposta em relação ao seu mérito.

Chamada esta Comissão a se manifestar, consideramos que a matéria é de grande benefício ao aluno portador de deficiência, garantindo o acesso à educação próximo à sua residência.

Diante do exposto, em razão de não vislumbrar qualquer óbice, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 553/05.

Sala das Comissões, em 19.06.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tornando obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos sobre previdência social e privada. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. (Publ. no DA nº 003/06, de 16/02/06). Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 007/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em questão torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública de ensino, a matéria sobre previdência social e privada.

Fundamentação

Trata-se de matéria de competência do Estado, cuja iniciativa está disciplinada no artigo 65 da Constituição Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Além disto, o artigo 205 da Constituição Federal estabelece o seguinte:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim sendo, o projeto em análise vai ao encontro de disposto na Constituição Federal, na medida em que ao tornar obrigatório no ensino fundamental e médio da rede pública, a matéria sobre previdência, prepara os alunos para o exercício da cidadania.

Além disto, cumpre notar o que determina o artigo 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a seguir transcrito:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

(...)

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

(...)

Mais do que isso, a mesma Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece no seu artigo 26 que “os conteúdos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

Quanto a técnica legislativa, o projeto não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 95/98.

Assim sendo, diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade do presente projeto, com a consequente continuidade da sua tramitação.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE
E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 007/06

P A R E C E R :

A proposição torna obrigatório o ensino de conteúdos relacionados à previdência na forma do Regime Geral de Previdência Social e do Sistema de Previdência Complementar em regime aberto ou fechado.

Pode-se concluir que a proposição alcança também os regimes próprios de previdência dos servidores públicos.

Diversos projetos de lei têm sido apresentados tornando obrigatória a inclusão de disciplinas no currículo da rede estadual de ensino.

Em todos eles o governador tem apostado o seu veto alegando que os diversos conteúdos devem ser trabalhados nos chamados temas transversais. E que a inclusão de novos conteúdos está subordinada à conveniência e oportunidade da Administração Pública.

A presente proposição não propõe disciplina nova mas apenas que este conteúdo seja trabalhado nas matérias já existentes.

A CCJ manifestou-se pela tramitação regimental, pois presentes os requisitos materiais e formais de admissibilidade.

O parecer é favorável à tramitação da proposição pois cumpre os requisitos que devem ser analisados por esta Comissão.

Sala das Comissões, em 19.06.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/06, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declarando de Utilidade Pública a Apropar - Associação dos Produtores Orgânicos de Palmas, com sede e foro no município de Palmas. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 049/06, de 16.05.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 249/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Palmas, com sede e foro no município de Palmas, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, com a

adoção da emenda modificativa em anexo.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimento nº 1762, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a votação em bloco dos itens 05 e 06 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

Discussão Única (Proposição)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 123/05, veto apostado ao Projeto de Lei nº 246/05, de autoria do Deputado André Vargas, que autoriza a doação dos lotes e das benfeitorias, à Prefeitura de Borrazópolis. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 231/05

Curitiba, 12 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 335/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 246/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo doar ao município de Borrazópolis, os lotes de terreno que menciona, situados nas quadras 28, 29 e 77, do perímetro urbano da sede daquela municipalidade.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de informações prestadas pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar e pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, demonstrando que o veto apostado não significa, de forma alguma, desatendimento às pretensões do município de Borrazópolis, pois, de onze pretendidos lotes, nove lhe foram cedidos, conforme termo datado de 13 de setembro próximo passado, firmado pelo Sr. Prefeito Municipal e autoridades estaduais. Os demais dois lotes, não estão incluídos no referido termo de cessão, porque futuramente poderão ser utilizados por órgãos da própria Administração Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 121/05 encontra-se publicado no DA nº 036/05, de 03.05.05 em Projeto de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 123/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente veto governamental é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa de Deputado André Vargas, que autoriza o Executivo Estadual a doar 11 (onze) lotes urbanos do Estado e localizados na cidade de Borrazópolis, mediante cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por julgar a proposição **contrária aos interesses públicos**, uma vez que, conforme informações prestadas pela Fundepar, dois dos lotes poderão no futuro ser utilizados por órgãos da própria Administração Estadual, ressaltando, no entanto, não tratar-se de desatendimento às pretensões do município de Borrazópolis, vez que, dos onze pretendidos lotes, nove lhe foram cedidos, conforme termo de 13 de setembro próximo passado.

Voto do Relator e sua Fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observar se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 23 de novembro de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Executivo Estadual no

dia 23 de novembro de 2005, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 12 de dezembro de 2005. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem de mérito, e tendo o Chefe do Executivo Estadual informado que nove dos onze imóveis objeto de proposta de doação, já foram cedidos àquela municipalidade, conforme Termo assinado pelo Prefeito Municipal e autoridades estaduais, mas cujo instrumento não acompanhou a mensagem do presente veto, e considerando que mesmo a cedência de um imóvel exige prévia autorização legislativa, **propugnamos pela prévia diligência, no sentido de solicitar cópia do referido Termo de Cessão e pedido de esclarecimento da devida autorização legislativa para o referido ato.**

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido de regular processamento do presente Veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela prévia diligência antes mencionada e posterior remessa do veto diretamente para apreciação no Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 07.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 129/05, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 437/05, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, ao município de Lupionópolis. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 244/05

Curitiba, 15 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 366/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com as disposições do artigo 87, inciso VII, combinadas com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 437/05, por considerá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a possibilidade de que o imóvel, cuja doação é pretendida, venha a ser utilizado por órgão da própria Administração Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 437/05 encontra-se publicado no DA nº 127/05, de 14.11.05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 129/05

P A R E C E R :

Histórico

O objetivo do veto é o Projeto de Lei nº 437/05, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Lupionópolis.

O projeto de lei foi vetado por ser considerado contrário ao interesse público, tendo em vista a possibilidade de que o imóvel, cuja doação é pretendida, venha a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual.

Fundamentação

O veto foi aposto no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Solicito à Deputada Cida Borghetti fazer a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação nominal ao veto aposto aos Projetos de Lei 246 e 437/05.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Em nome da Liderança do Governo queremos orientar a nossa Bancada a manter os vetos.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.
Sr. Presidente 34 Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos Deputados José Maria Ferreira, Artagão Júnior e José Domingos Scarpellini para que procedam ao escrutínio.

Dez favoráveis à manutenção do veto.

Vinte e quatro contrários.

Estão mantidos os vetos.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1719 e 1720, de autoria da Sr. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1722 a 1724, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1727, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1728 e 1730, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1736 e 1737, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1738 a 1740, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1741, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1742 a 1760, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 186/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis nºs 007, 026 e 249/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 142, 553, 644 e 746/05 e 017/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 130/05 e 006/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas

Despacho do Diretor Geral

AUTUAÇÃO

Protocolo nº 2747/06

Data: 10.04.06

Requerente: REGINA TRINKEL ARAÚJO

Assunto: Solicita revisão de enquadramento

DESPACHO

1) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria Geral.

2) Ao DSE para publicação.

3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, em 29.06.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral